



MONITORIZAÇÃO AGROMETEOROLÓGICA E HIDROLÓGICA

31 de outubro de 2017

Ano Hidrológico 2017/2018

Relatório do Grupo de Trabalho de assessoria técnica à

Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca

Índice

1.	Nota Introdutória	3
2.	Situação Meteorológica em 31 de outubro de 2017	5
a.	Temperatura em outubro	5
b.	Precipitação em outubro no ano hidrológico 2017-2018	8
3.	Percentagem de Água no Solo	9
4.	Índice de Seca PDSI.....	10
5.	Índice de seca SPI	14
6.	Disponibilidades hídricas armazenadas nas Albufeiras	17
7.	Águas Subterrâneas.....	26
8.	Reservas de Água nas Albufeiras de Aproveitamento Hidroagrícola	29
9.	Outras Informações.....	45
I.	Disponibilidades hídricas	45
II.	Medidas a implementar.....	49
ANEXOS		58
Anexo I - Variação da Área Cultivada em relação à campanha anterior - consolidação das previsões de áreas em 2016/17 (%)		58
Anexo II - Variação da Produtividade/Produção em relação à campanha anterior (%) Campanha 2016/2017		59
Anexo III - Folheto informativo com orientações ao setor apícola para atuação em situação de carência de alimentação e de água para as abelhas.....		60

1. Nota Introdutória

O presente relatório foi elaborado com o objetivo de assegurar uma Monitorização Agrometeorológica e Hidrológica, para que fique reunida a informação suficiente para avaliação da situação de seca no país, dotando os decisores políticos de elementos suficientes para responderem, em tempo útil e com rigor, a essa ocorrência.

Esta monitorização consta da compilação dos parâmetros acompanhados pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA), pelo Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), em ligação com as Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP) e com Instituto Nacional de Estatística (INE), pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), como se segue:

Tabela 1: Resumo da monitorização em situação normal

Parâmetro	Organismo	Periodicidade
Precipitação e Teor de Água no Solo	IPMA	Mensal
Agricultura de Sequeiro e Pecuária Extensiva	GPP/DRAP/INE	Mensal
Armazenamento de Água Subterrânea	APA	Mensal
Armazenamento de água superficial (albufeiras)	APA	Mensal
Armazenamento nas Albufeiras dos Aproveitamentos Hidroagrícolas – Grupo 2 e alguns do Grupo 3	DGADR	Semanal

A presente abordagem está prevista no Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para Situações de Seca, aprovado pela Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca (CPPMAES), criada pela Resolução de Conselho de Ministros nº 80/2017, de 7 de junho.

Este diploma criou também um Grupo de Trabalho com o objetivo de assessorar tecnicamente a Comissão, que tem, de entre outras, a função de:

“Produzir relatórios mensais de monitorização dos fatores meteorológicos e humidade do solo, das atividades agrícolas e dos recursos hídricos, cuja periodicidade deve ser intensificada quando seja detetada uma situação de anomalia ou declarada uma situação de seca, sendo que nestas situações os relatórios passam também a incluir as estimativas de consumo ou utilização pelas principais atividades, nomeadamente o abastecimento público, a agricultura, a produção de energia e indústria com maiores consumos de água.”

Nos relatórios poderão ser sempre incluídos temas que seja oportuno dar a conhecer, sejam de caracterização das condições, sejam de divulgação de recomendações ou de decisões técnicas e políticas assumidas.

Essas vertentes enquadrar-se-ão no referido Plano, que, apresentando-se estruturado em três eixos de atuação—Prevenção, Monitorização e Contingência -, contempla temas como a determinação de limiares de alerta, a definição de metodologias para avaliação do impacto dos efeitos de uma seca, a conceção de manuais de procedimentos para

padronização da atuação, a disponibilização de planos de contingência e a preparação prévia de medidas para mitigação dos efeitos da seca.

Este relatório de monitorização agrometeorológica e hidrológica, relativo a 31 de outubro do ano em curso, é o oitavo produzido no contexto legislativo referido, o segundo do ano hidrológico em curso (2017/2018).

Terminado o ano hidrológico 2016/2017 e face à continuação de condições climatéricas adversas com implicações graves nas reservas hídricas, foi considerada oportuna a realização de nova reunião do Grupo de Trabalho (a segunda), que ocorreu no dia 23 de outubro, com a participação de todas as entidades que o constituem, as previstas pela RCM nº 80/2017 para situações de prevenção e monitorização e também as reservadas para situações de contingência. Foram ainda convidadas a participar na reunião entidades pelas competências que detêm e face aos temas em discussão – EDP, AdP, CAP, CONFAGRI e CNA.

A reunião coordenada pelo Diretor do GPP, em cocoordenação com a APA, abrangeu a avaliação do ano hidrológico 2016/17, perspetivas para o novo período, preparação de atuação futura e elaboração de recomendações a efetuar à CPPMAES.

As conclusões e recomendações para atuação face à situação atual foram submetidas ao Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e ao Ministro do Ambiente, responsáveis pela coordenação da CPPMAES, que reuniu a 30 de outubro (segunda reunião), tendo assumido um conjunto de medidas de prevenção e contingência, incluindo medidas de regulação, a curto, médio e longo prazos, e medidas de mitigação dos efeitos da seca e de apoio.

Destaca-se a necessidade de algumas intervenções imediatas, como a gestão criteriosa dos recursos hídricos e ações de sensibilização que conduzam à utilização adequada da água.

Foram igualmente previstas atuações de fundo que visam equacionar a médio e longo prazos, designadamente o aumento do armazenamento de água e a sua reutilização.

A Comissão, que na sua primeira reunião havia determinado que os relatórios de monitorização da seca fossem concebidos quinzenalmente, face ao diagnóstico efetuado da situação e à incerteza da evolução do novo ano hidrológico, não alterou essa decisão até que a conjuntura o justifique.

2. Situação Meteorológica em 31 de outubro de 2017

a. Temperatura em outubro

O mês de outubro de 2017, em Portugal Continental, foi excepcionalmente quente e foi o mês de outubro mais quente dos últimos 87 anos (desde 1931), com um valor médio da temperatura média do ar de 19,57 °C, valor superior ao valor normal (1971-2000) em +3,36 °C (Figura 1).

Neste período, o valor médio da temperatura máxima do ar (27,11 °C) foi o mais alto desde 1931, +5,88 °C acima do valor normal e o valor médio da temperatura mínima do ar, 12,03 °C foi superior ao normal em 0,84 °C (Figura 2).

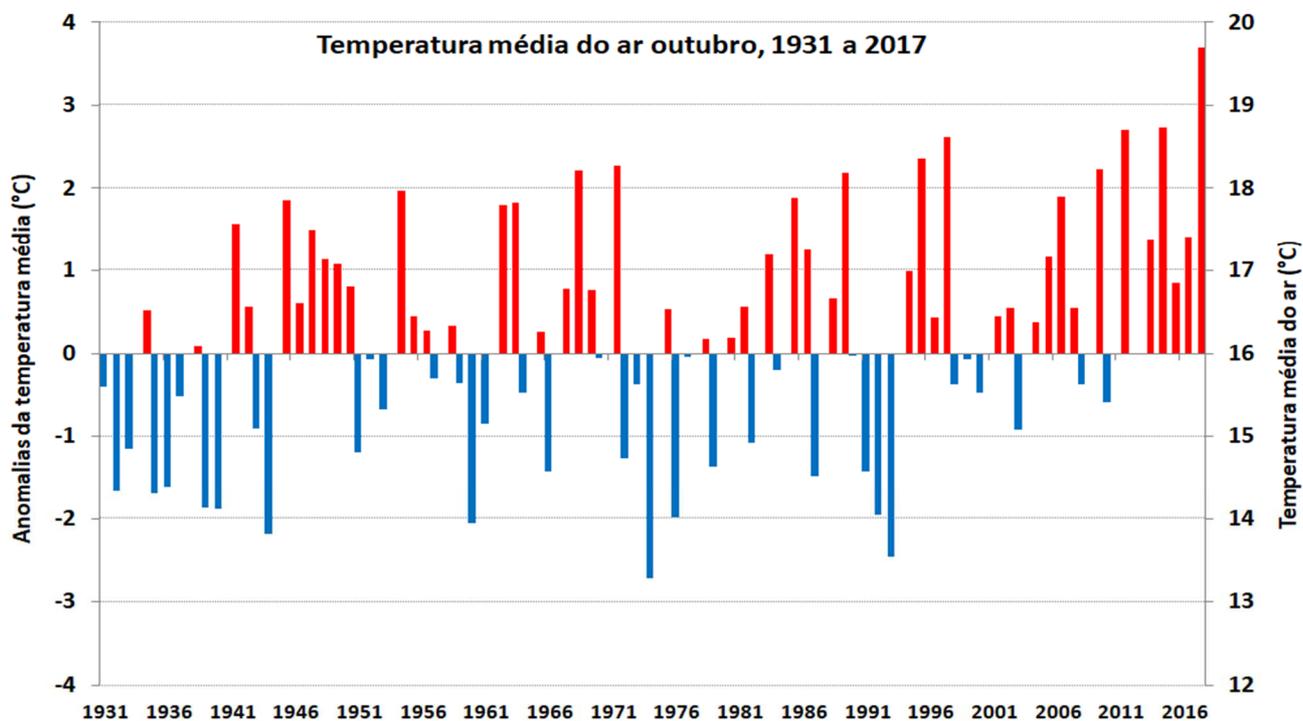


Figura 1 – Anomalias da temperatura média do ar em relação aos valores médios no período 1971-2000, no mês de outubro, em Portugal continental (Fonte: IPMA).

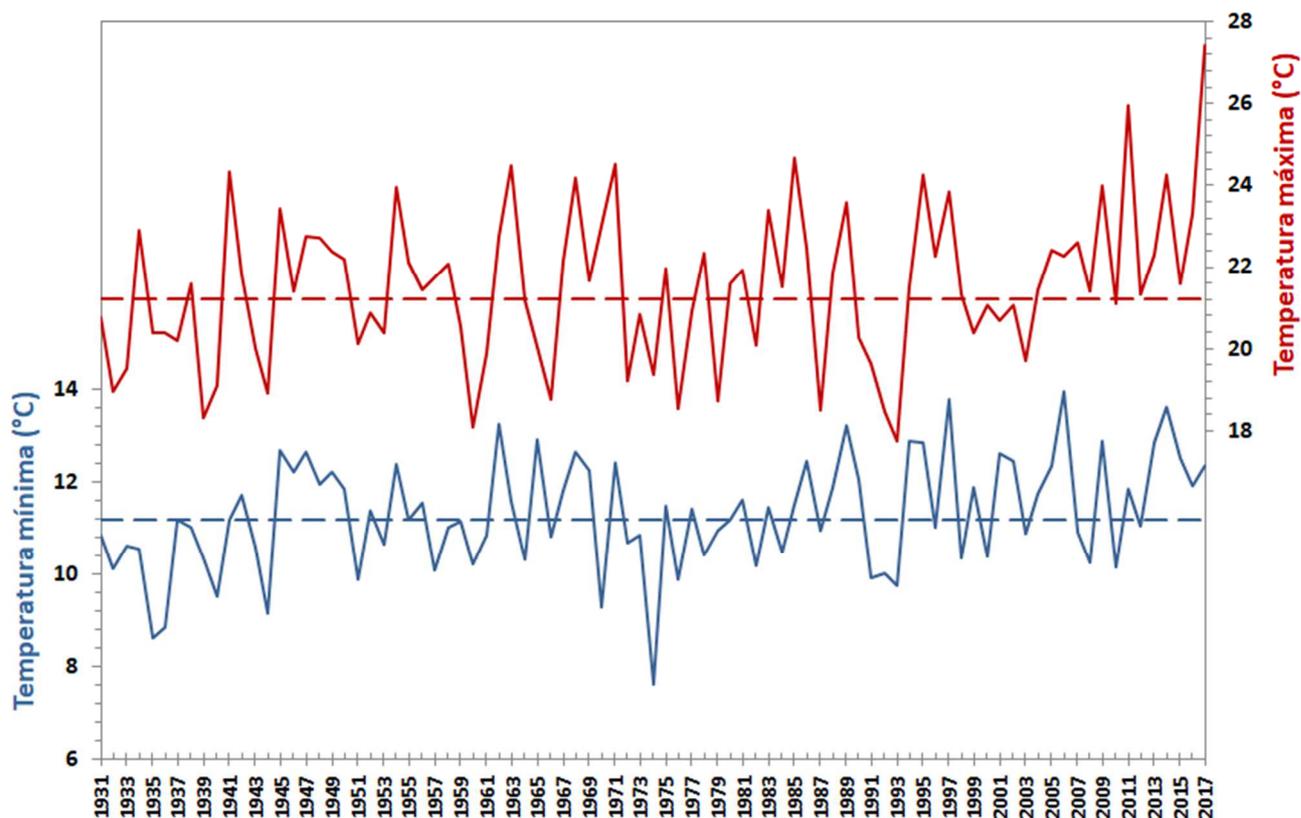


Figura 2 – Variabilidade das temperaturas máxima e mínima do ar em outubro, em Portugal continental. (Linhas a tracejado indicam a média no período 1971-2000) (Fonte: IPMA).

Durante este mês ocorreram valores muito altos da temperatura do ar (Figura 3). De realçar, a ocorrência de novos máximos (recordes) de temperaturas máxima e mínima para o mês de outubro, com especial destaque para o dia 15 (o mais quente do mês). Em grande parte do território, no período de 1 a 15 de outubro, foram registados dias quentes (temperatura máxima ≥ 30 °C), muito quentes (temperatura máxima ≥ 35 °C) e noites tropicais (temperatura mínima ≥ 20 °C), enquanto no período de 24 a 29 de outubro, ocorreram dias quentes (temperatura máxima ≥ 30 °C).

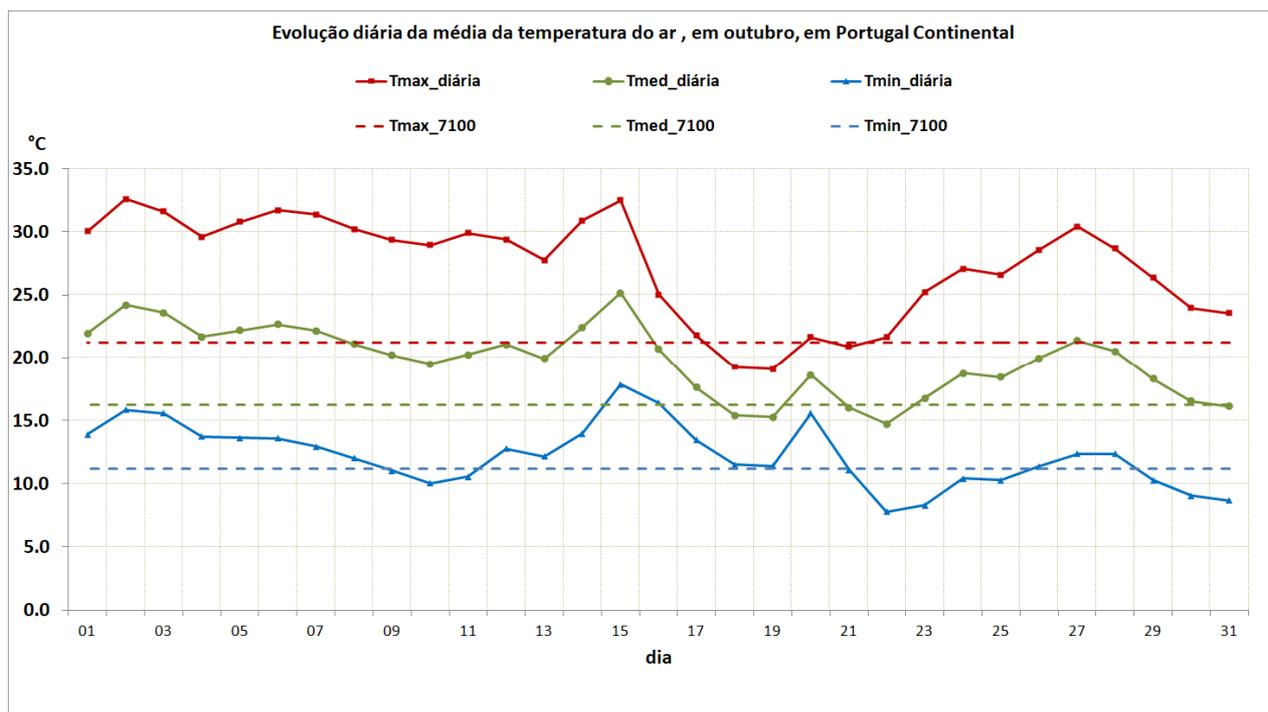
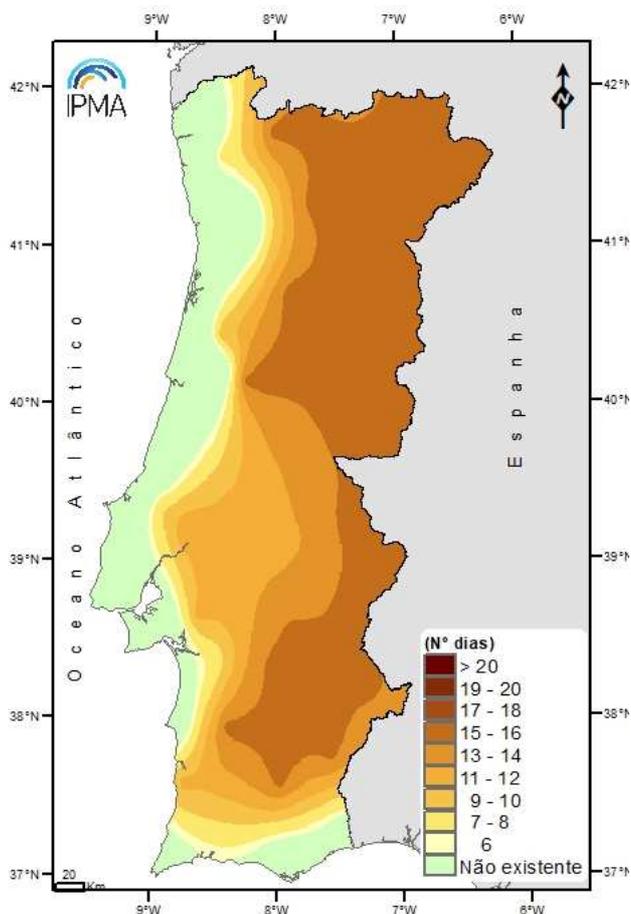


Figura 3 – Evolução diária da temperatura (máxima, média e mínima) do ar de 1 a 31 de setembro de 2017 em Portugal continental e respetivos valores médios 1971-2000 (Fonte: IPMA)

Nos períodos compreendidos de 1 a 16 e de 23 a 30 de outubro, ocorreram 2 ondas de calor, que abrangeram grande parte do território do continente, com exceção das regiões do litoral. A primeira onda de calor teve uma duração máxima de 15/16 dias e está entre as mais longas para o mês de outubro (Figura 4).



Instituto Português do Mar e da Atmosfera, 16-10-2017

Figura 4 – Representação espacial da duração da onda de calor (dias) – 01 a 16 de outubro de 2017 (Fonte: IPMA).

b. Precipitação em outubro no ano hidrológico 2017-2018

O mês de outubro 2017 classificou-se como extremamente seco, com um valor médio de precipitação em Portugal continental que corresponde a 30 % do valor normal. Este mês foi o mais seco dos últimos 20 anos (Figura 5) com um valor médio de precipitação de 26,9 mm.

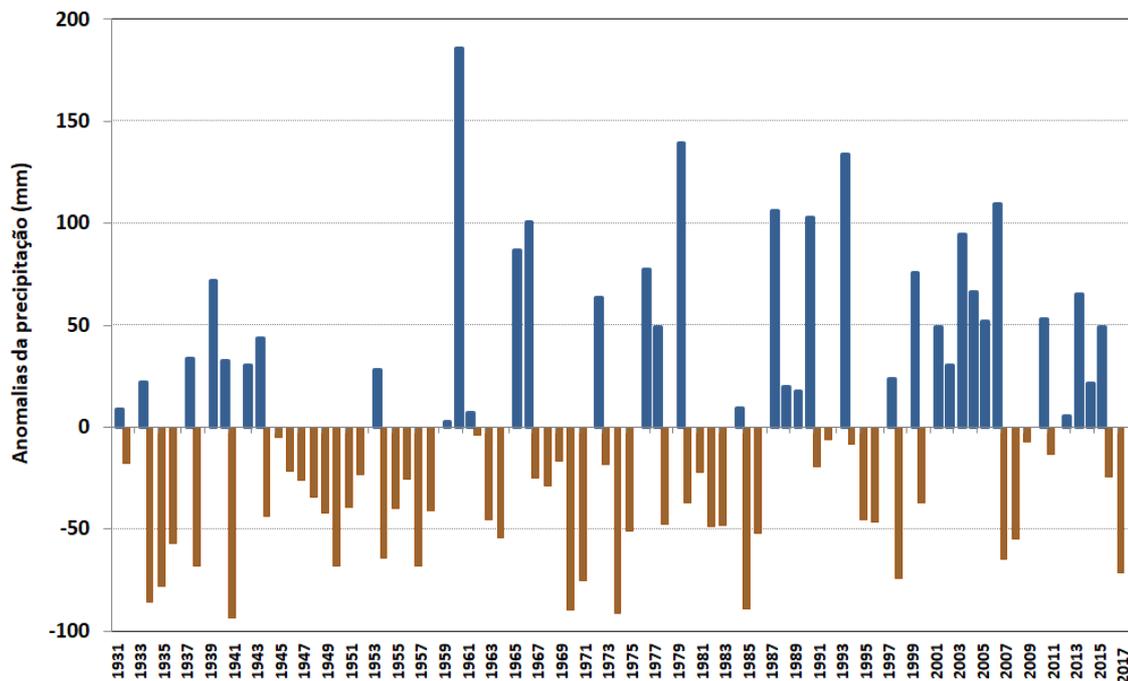


Figura 5 - Anomalias da quantidade de precipitação em relação aos valores médios no período 1971-2000, no mês de outubro, em Portugal continental (Fonte: IPMA).

Na figura 6 apresenta-se a distribuição espacial da precipitação total e respetiva percentagem em relação à média (1971-2000) em outubro. O maior valor mensal da quantidade de precipitação ocorreu em Ponte de Lima, 95,7 mm (Figura 6 - lado esquerdo).

Em termos espaciais os valores da percentagem de precipitação em relação ao valor médio no período 1971-2000 foram inferiores a 50% em quase todo o território, sendo mesmo inferiores a 25% em muitos locais do interior Norte e Centro e em alguns locais do Sul (Figura 6 – lado direito). O maior valor percentual em relação ao valor médio (54%) ocorreu em Ponte de Lima.

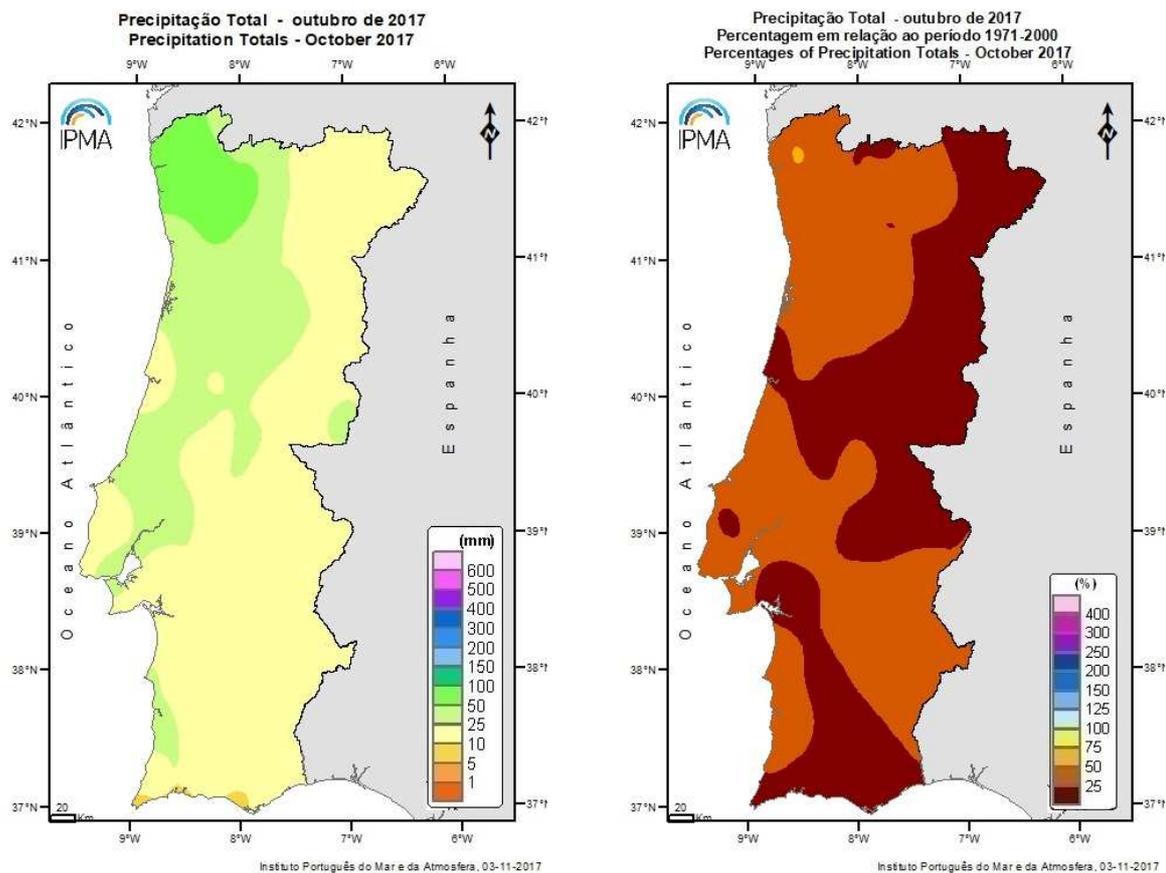


Figura 6 – Distribuição espacial da precipitação total e respetiva percentagem em relação à média em outubro (Fonte: IPMA).

3. Percentagem de Água no Solo

O índice de água no solo (AS), produto Soil Moisture Index (SMI) do Centro Europeu de Previsão do Tempo a Médio Prazo (ECMWF), considera a variação dos valores de percentagem de água no solo entre o ponto de emurchecimento permanente (PEP) e a capacidade de campo (CC) e a eficiência de evaporação a aumentar linearmente entre 0% e 100%. A cor laranja escuro quando $AS \leq PEP$, entre o laranja e o azul considera $PEP < AS < CC$, variando entre 1 % e 99 %, e azul-escuro quando $AS > CC$.

De acordo com o índice de água no solo, a 31 de outubro (Figura 7), em grande parte das regiões do interior e no Sul de Portugal continental, apresentam valores de água no solo inferiores a 20%, sendo mesmo em alguns locais iguais ou inferiores ao ponto de emurchecimento. Nas regiões do litoral norte e centro verificou-se um aumento dos valores de água no solo, variando no final do mês entre 20 a 60 %.

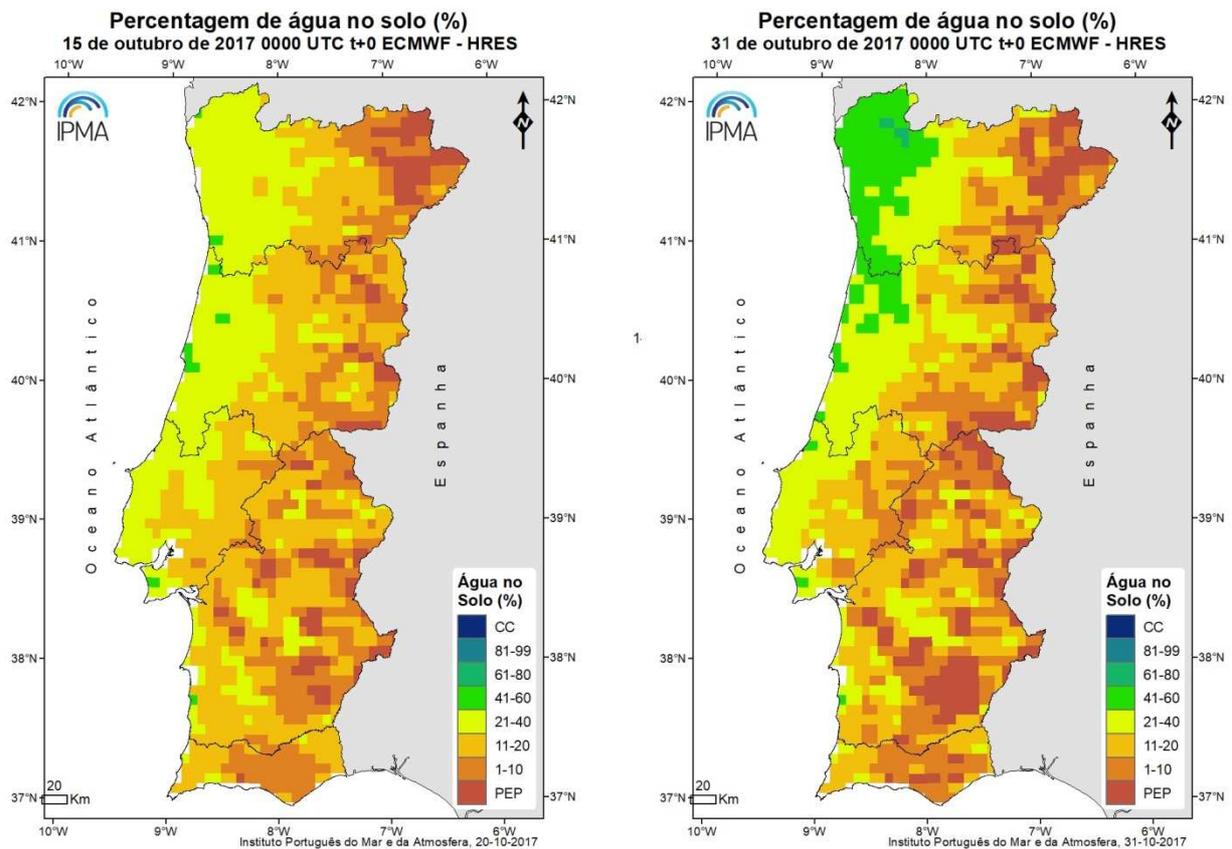


Figura 7 - Percentagem de água no solo (média 0-100 cm profundidade), em relação à capacidade de água utilizável pelas plantas a 15 outubro (lado esquerdo) e a 31 outubro 2017 (lado direito), 00 UTC t+0, ECMWF-HRES (resolução 16 km). Cor laranja escuro: $AS \leq PEP$; entre o laranja e o azul: $PEP < AS < CC$, variando entre 1 % e 99 %; azul-escuro: $AS > CC$. (AS – índice de água no solo; PEP - ponto de emurchecimento permanente; CC - capacidade de campo) (Fonte: IPMA).

4. Índice de Seca PDSI

De acordo com o índice meteorológico de seca PDSI¹, no final do mês de outubro mantém-se a situação de seca meteorológica em todo o território de Portugal Continental, verificando-se um aumento da área em seca extrema (Figura 8).

¹PDSI - Palmer Drought Severity Index - Índice que se baseia no conceito do balanço da água tendo em conta dados da quantidade de precipitação, temperatura do ar e capacidade de água disponível no solo; permite detetar a ocorrência de períodos de seca e classifica-os em termos de intensidade (fraca, moderada, severa e extrema).

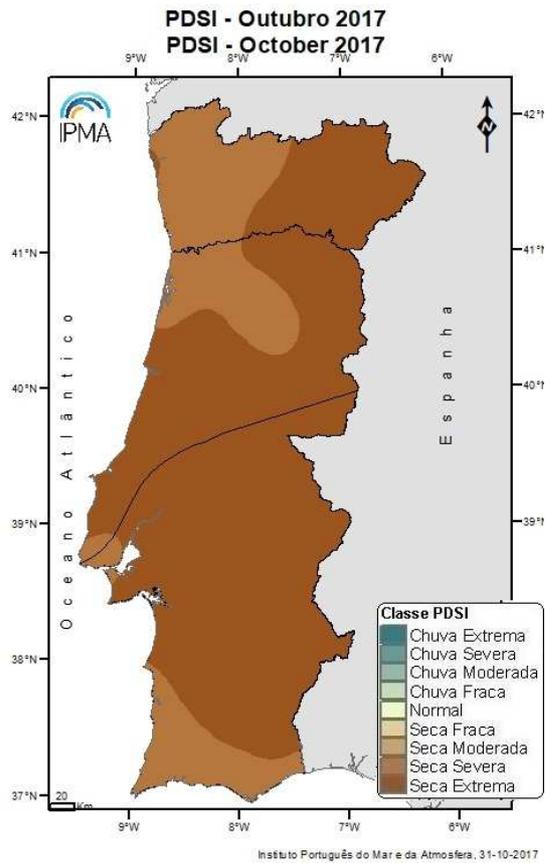
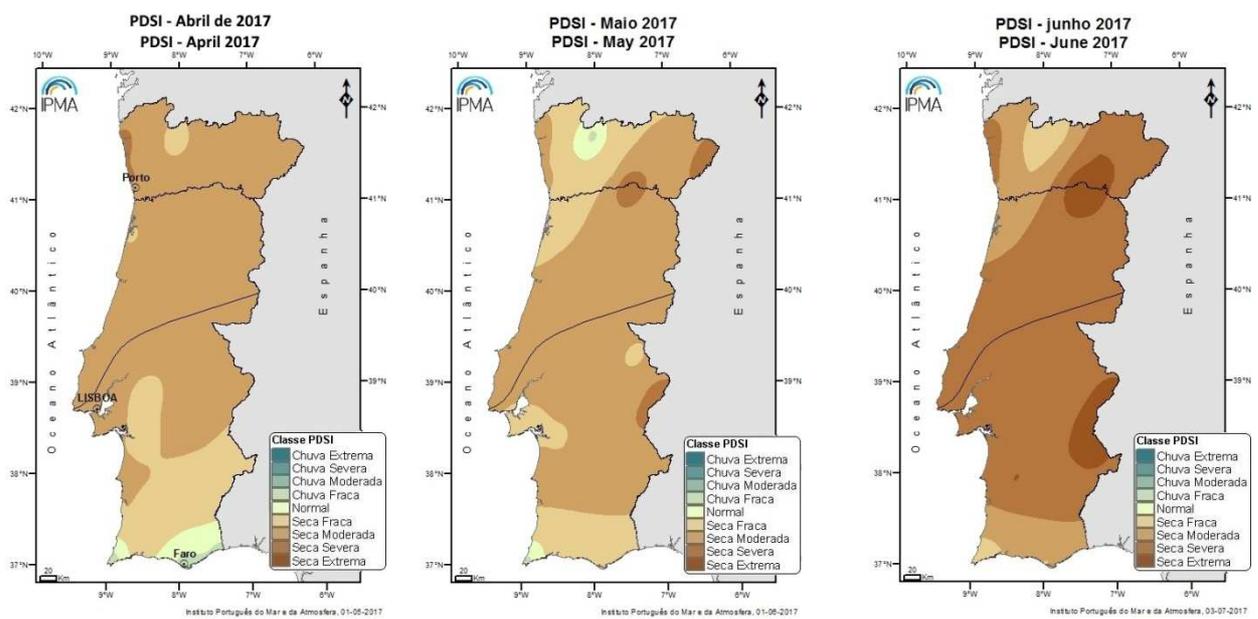


Figura 8 – Distribuição espacial do índice de seca meteorológica em 31 de outubro 2017 (Fonte: IPMA).

Na figura seguinte apresenta-se a distribuição espacial do índice de seca meteorológica de abril a setembro de 2017.



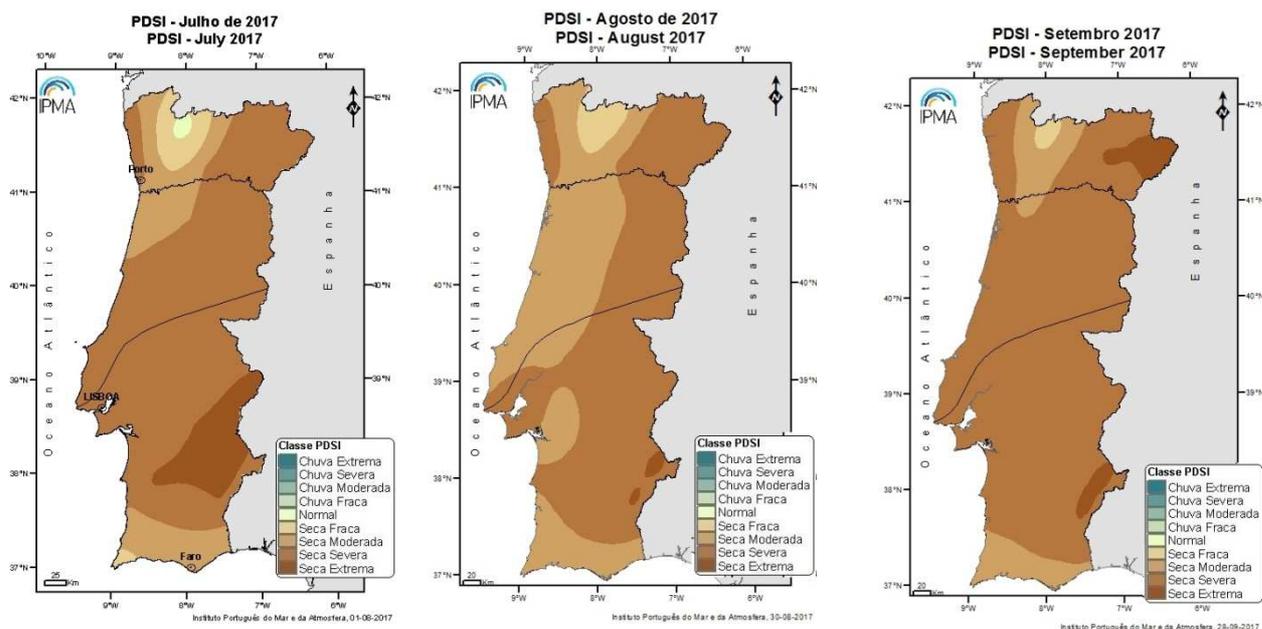


Figura 9 – Distribuição espacial do índice de seca meteorológica entre abril e setembro 2017 (Fonte: IPMA).

Na tabela 2, apresenta-se a percentagem do território nas várias classes do índice PDSI. No final deste mês verificou-se que cerca de 25% do território estava em seca severa e 75% em seca extrema.

Tabela 2 – Classes do índice PDSI - Percentagem do território afetado entre 30 de abril e 31 de outubro de 2017.

Classes PDSI	30 abril	31 maio	30 junho	31 julho	31 agosto	30 de setembro	31 de outubro
Chuva extrema	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Chuva severa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Chuva	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Chuva fraca	0,8	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Normal	2,7	1,9	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0
Seca Fraca	20,2	23,1	3,4	4,2	2,6	0,8	0,0
Seca Moderada	75,6	71,4	17,0	16,5	37,8	10,7	0,0
Seca Severa	0,7	3,4	72,3	69,6	58,9	81,0	24,8
Seca Extrema	0,0	0,0	7,3	9,2	0,7	7,4	75,2

Fonte: IPMA

As figuras e a tabela anteriores revelam o agravamento da situação de seca em Portugal continental desde abril de 2017.

Análise comparativa das situações de seca severa e extrema

Considerando o ano hidrológico e a percentagem do território nas classes de seca severa e extrema, de acordo com o índice PDSI, a seca de 2016/17 estendeu-se a grande parte do território (80 %) em junho. Em outras situações de seca mais recentes (após 2000), e também no caso da seca de 1944/45, a maioria do território encontrava-se em situação de seca severa e extrema em fevereiro/março (1944/45, 2004/05 e 2011/12), ou no final de maio (2008/09 e 2014/15).

A situação de seca atual é distinta das anteriores, pois as classes de maior severidade iniciaram-se mais tarde (final de junho), verificando-se um agravamento significativo no início do outono, enquanto nas situações de seca anteriores se verificou um forte desagravamento no território das classes de seca severa e extrema em setembro e outubro.

A situação de seca de 2016/17 é a única situação que no final de outubro se estendeu, nas classes de maior severidade, a 100% do território (Figura 9).

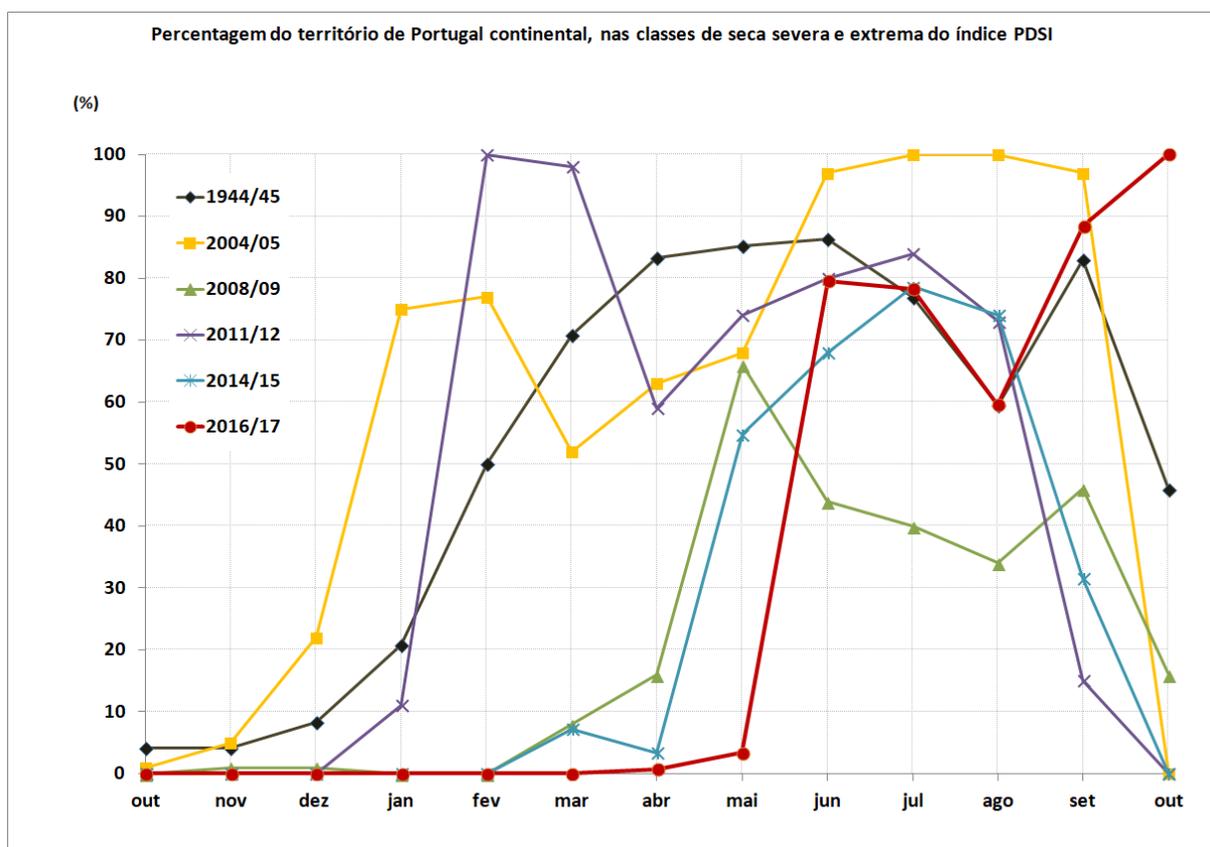


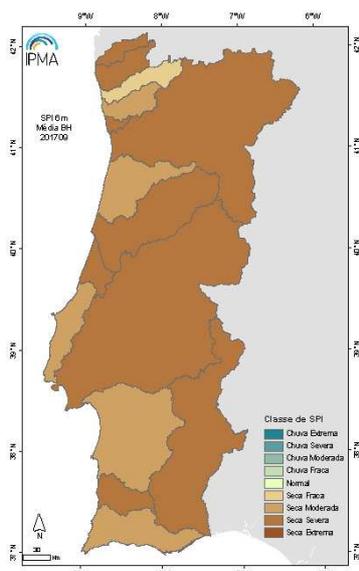
Figura 9 – Evolução mensal da percentagem do território em seca severa e extrema, de acordo com a classificação do índice PDSI, para várias situações de seca (histórica: 1944/45; após 2000: 2004/05, 2008/09, 2011/12, 2014/15 e 2016/17) (Fonte: IPMA).

5. Índice de seca SPI

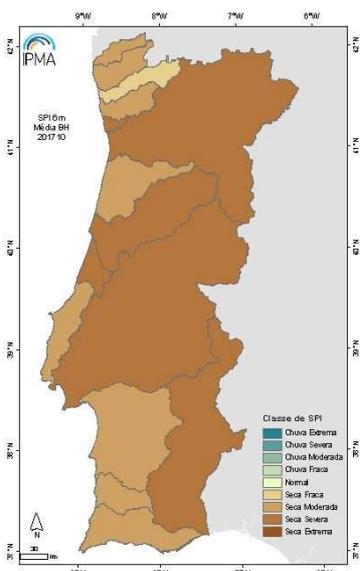
O índice SPI (Standardized Precipitation Index- Índice padronizado de precipitação) quantifica o déficit ou o excesso de precipitação em diferentes escalas temporais², que refletem o impacto da seca nas disponibilidades de água.

Na Figura 10 apresenta-se o SPI 6, 9 e 12 meses no final de setembro e de outubro de 2017. Verificou-se que, no final de outubro, em todas as escalas do SPI a ocorrência da situação de seca em quase todas as bacias do território, sendo de destacar no SPI 6m o aumento da área e intensidade da seca em todas as bacias com grande parte delas na classe de seca severa.

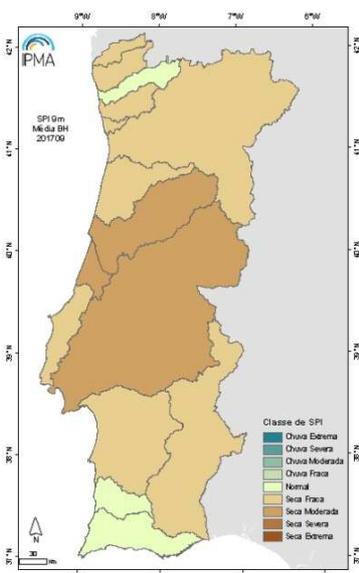
SPI6 m – Abr. a Set. 2017



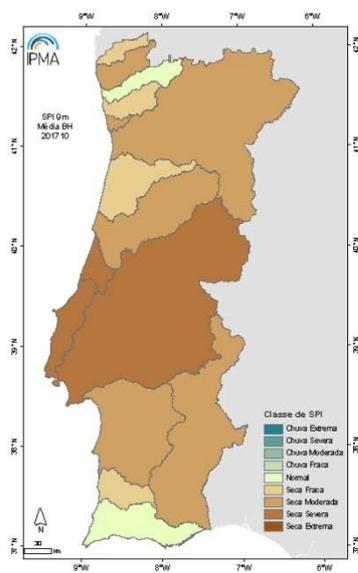
SPI6 m – Mai. a Out. 2017



SPI 9 m – Jan. a Set. 2017

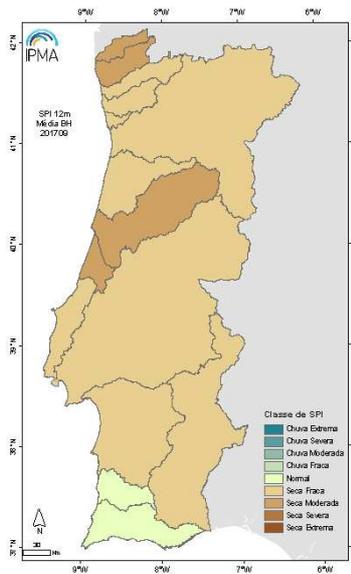


SPI 9 m – Fev. a Out. 2017



² As menores escalas, até 6 meses, remetem à seca meteorológica e agrícola (déficit de precipitação e de humidade no solo, respetivamente), entre os 9 e os 12 meses à seca hidrológica com escassez de água refletida no escoamento superficial e nos reservatórios artificiais. As condições do estado da água no solo respondem a anomalias da precipitação numa escala temporal relativamente curta (3 a 6 meses), enquanto os fluxos de água subterrânea e os reservatórios de água respondem a anomalias de precipitação em escalas temporais mais alargadas (9, 12 meses).

SPI 12 m – Out. 2016 a Set. 2017



SPI 12 m – Nov. 2016 a Out. 2017

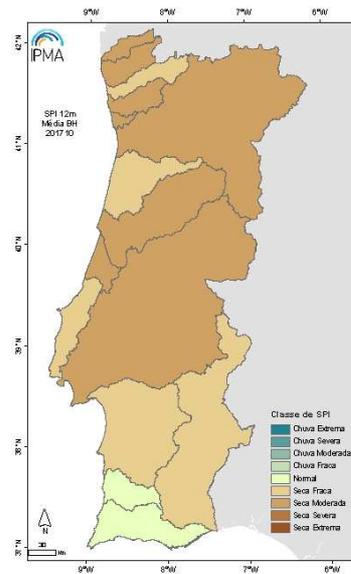


Figura 10 – Distribuição espacial do índice de seca SPI 6, 9 e 12 meses (Fonte: IPMA)

Cenários de Evolução da Seca

A evolução da situação de seca para o mês seguinte baseia-se na estimativa do índice PDSI, para 3 cenários diferentes de ocorrência da quantidade de precipitação. Assim, tendo em conta a situação no final de outubro, consideram-se os seguintes cenários para a precipitação em novembro (Figura 11).

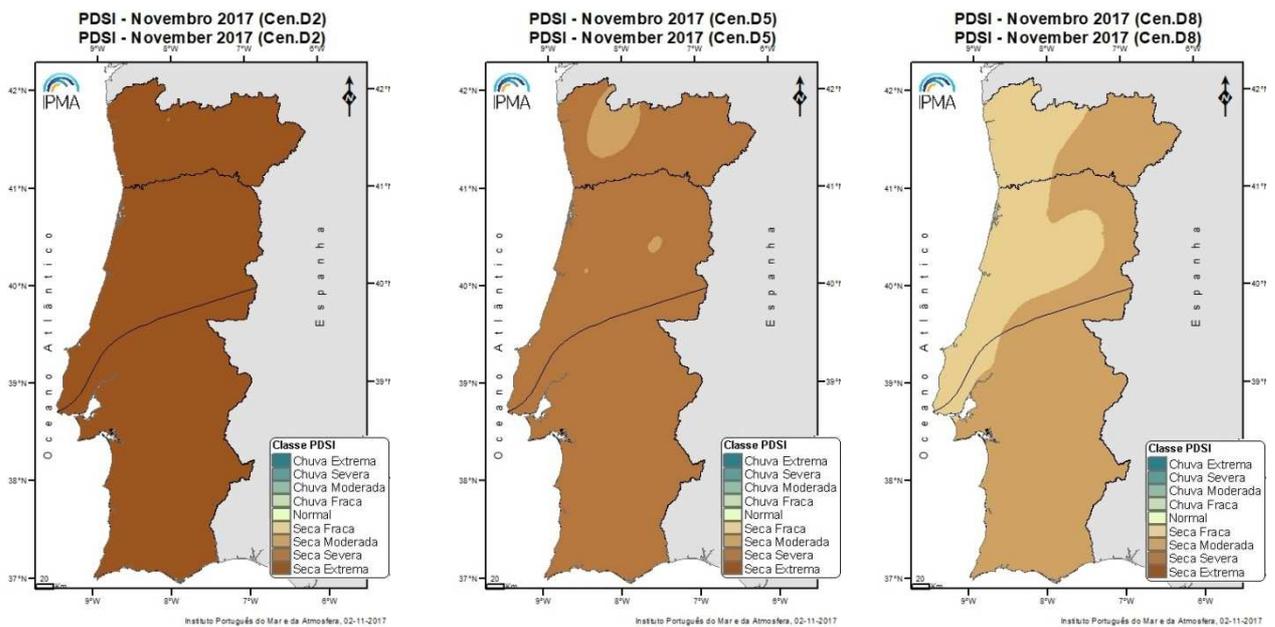


Figura 11 – Distribuição espacial do índice de seca meteorológica PDSI calculado com base em cenários de precipitação para o mês de novembro (Fonte IPMA).

Cenário 1 (2º decil - D2) - Valores da quantidade de precipitação muito inferiores ao normal, implicariam que todo o território ficaria em situação de seca meteorológica extrema.

Cenário 2 (5º decil – D5) – Valores da quantidade de precipitação próximos do normal levariam a uma diminuição da intensidade da seca, com o fim da classe de seca extrema ficando quase todo o território na classe de seca severa.

Cenário 3 (8º decil – D8) – Valores da quantidade de precipitação muito superiores ao normal (valores superiores ocorrem em 20% dos anos) levariam a uma diminuição significativa da intensidade da seca ficando todo o território nas classes de seca fraca a moderada.

Previsão mensal do Centro Europeu de Previsão do Tempo a Médio Prazo (ECMWF)³ :

Na precipitação total semanal prevêem-se valores abaixo do normal, para todo o território, nas semanas de 06/11 a 12/11 e de 13/11 a 19/11, e valores acima do normal para a região Norte na semana de 27/11 a 03/12. Na semana de 20/11 a 26/11 não é possível identificar a existência de sinal estatisticamente significativo.

Tendo em conta a previsão e o grau de incerteza associado a esta época do ano, irá manter-se a situação de seca meteorológica em Portugal Continental.

³<http://www.ipma.pt/pt/otempo/prev.longo.prazo/mensal/index.jsp?page=prev-182015.html>

6. Disponibilidades hídricas armazenadas nas Albufeiras

As disponibilidades hídricas totais no início do ano hidrológico 2017/2018 são, com exceção da bacia do Ave, inferiores aos valores observados no início do ano hidrológico 2016/2017. A bacia do Tejo é a que apresenta uma maior diferença, seguida do Mira e depois do Sado. Importa salientar que a bacia do Sado está em seca hidrológica de nível 3 desde janeiro 2016 e por isso, as diferenças não são tão significativas.

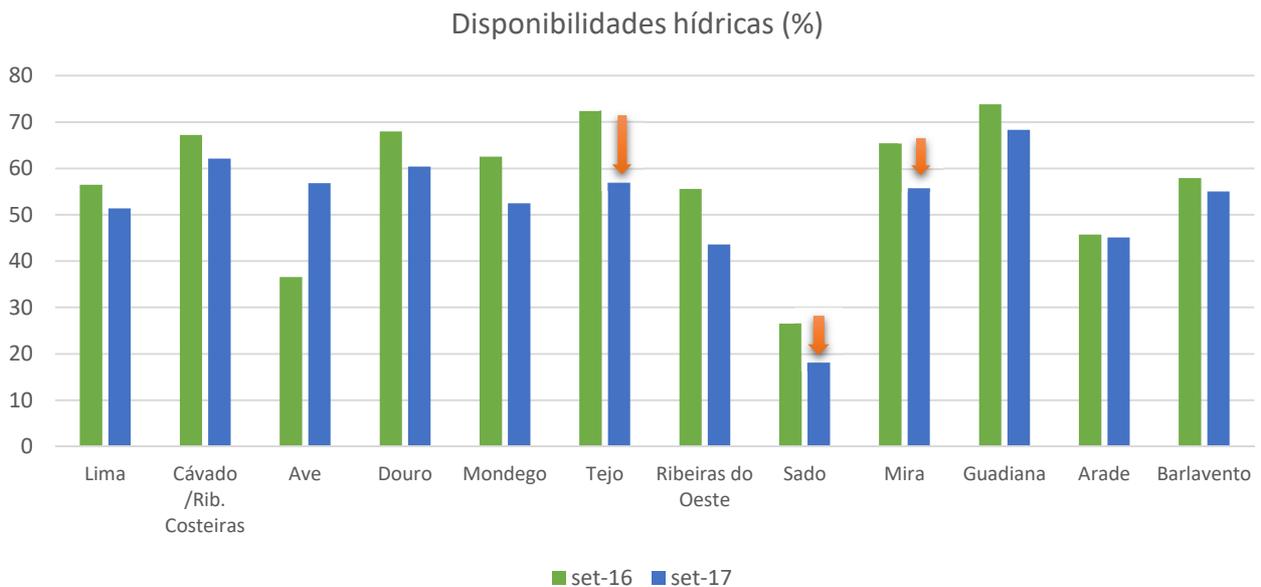


Figura 12 – Comparação, por bacia hidrográfica das disponibilidades totais armazenadas a 30 de setembro de 2016 e a 30 de setembro de 2017, ilustrando as disponibilidades no início do ano hidrológico seguinte respetivo. (Fonte: APA).

No final do primeiro mês do ano hidrológico 2017/2018, e na sequência de mais uma vez os valores de precipitação verificados estarem abaixo dos valores médios, os níveis de armazenamento nas albufeiras, comparativamente ao último dia do mês anterior, continuaram a descer em todas as bacias hidrográficas, com exceção do Douro e do Sado. A subida nos valores das disponibilidades armazenadas na bacia do Sado é devida às transferências de água do Alqueva e à diminuição dos valores captados para rega, atendendo já terem ocorrido as colheitas das culturas de verão.

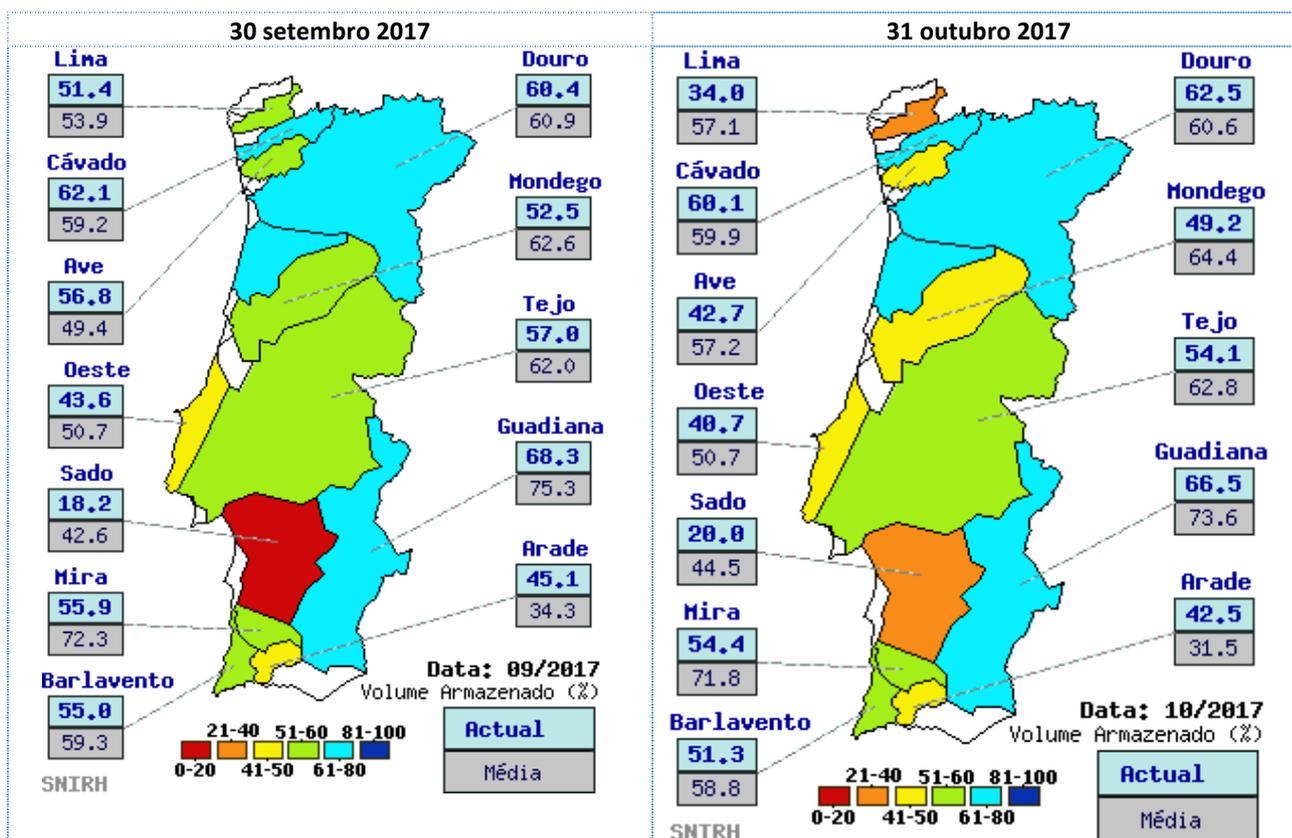


Figura 13 - Situação das Albufeiras a 30 de setembro de 2017 e 31 outubro de 2017. (Fonte: APA).

Os armazenamentos de outubro de 2017, por bacia hidrográfica, apresentam-se inferiores às médias de armazenamento de outubro (1990/91 a 2016/17), exceto para as bacias do Cávado/Ribeiras Costeiras, Douro e Arade.

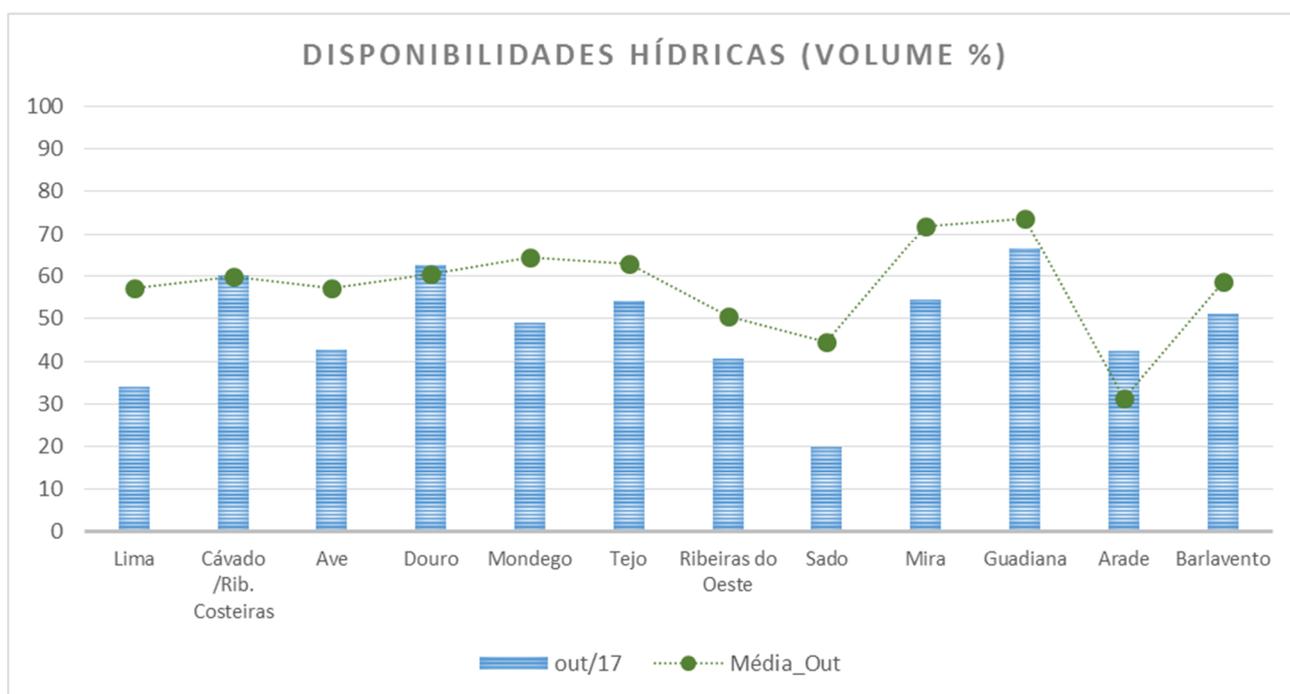


Figura 14 - Percentagem de volume total armazenado por bacia hidrográfica, a 31 de outubro de 2017 (Fonte: APA).

Os níveis de armazenamento das albufeiras continuam, em regra, a baixar atendendo a que não se verificou precipitação significativa que permitisse o enchimento das mesmas, as temperaturas continuaram elevadas, consequentemente a evaporação foi alta, e continuaram a suportar os usos existentes.

Das 61 albufeiras monitorizadas, 3 apresentavam disponibilidades hídricas superiores a 80% do volume total (em 30 de setembro era 1) e 28 têm disponibilidades inferiores a 40% do volume total (em 30 de setembro eram 23).

As albufeiras avaliadas no final do mês de outubro que apresentavam volumes totais inferiores a 40% correspondiam a cerca de 46% do universo das albufeiras monitorizadas e localizavam-se:

- 10 na bacia do Sado (Alvito [35%], Fonte Serne [29%], Monte Gato [10%], Odivelas [31%], Pego do Altar [8%], Roxo [22%], Vale do Gaio [12%], Campilhas [4%], Monte Miguéis [12%] e Monte da Rocha [8%]),
- 4 na bacia do Tejo (Divor [7%], Magos [35%] Maranhão [21%], Cova Viriato [31%],
- 5 na bacia do Guadiana (Vigia [11%], Caia [18%], Lucefecit [20%], Abrilongo [14%], Monte Novo [35%]),
- 4 na bacia do Mondego (Fronhas [22%], Vale do Rossim [29%], Fagilde [13%], Caldeirão [38%]),
- 2 na bacia do Douro (Vilar Tabuaço [36%] e Serra Serrada [16%]),
- 1 nas bacias das Ribeiras do Algarve (Arade [18%]),
- 1 na bacia do Lima (Alto Lindoso [32%]),
- 1 na bacia do Cávado (Paradela [37%]).

A situação na bacia do Sado continua a ser a mais preocupante, pois a percentagem do volume total armazenado nesta bacia apresenta valores muito inferiores à média. Na figura seguinte é possível observar o afastamento significativo da evolução do armazenamento na bacia do Sado registado entre outubro de 2016 e outubro de 2017, quando comparados com os valores médios dos últimos 25 anos.



Figura 15 – Evolução dos volumes armazenados na bacia hidrográfica do Sado comparativamente à média mensal calculada para o período (1990/91 a 2015/16) (Fonte: APA)

Importa salientar que grande parte das albufeiras nesta bacia têm ligação ao sistema Alqueva, com exceção de Monte do Rocha, o que tem permitido suprimir as necessidades, embora com custos acrescidos associados à transferência de água.

Também a bacia do Mondego apresenta, tanto no ano hidrológico anterior como no ano em curso, valores de armazenamento total inferiores à média. Na figura seguinte, é possível observar o afastamento da evolução do armazenamento na bacia do Mondego registado entre outubro de 2016 e outubro de 2017, quando comparados com os valores médios dos últimos 25 anos.

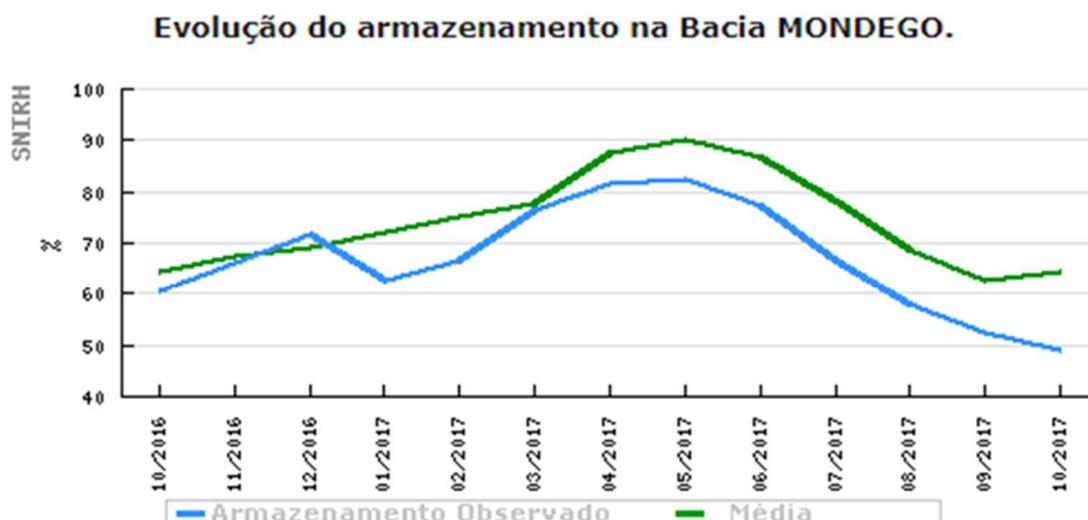


Figura 16 – Evolução dos volumes armazenados na bacia hidrográfica do Mondego comparativamente à média mensal calculada para o período (1990/91 a 2015/16) (Fonte: APA)

Para a bacia do Tejo, apresenta-se na figura seguinte a evolução do armazenamento registado entre outubro de 2016 e outubro de 2017, comparados com os valores médios dos últimos 25 anos. Verifica-se que durante o ano hidrológico 2016/2017, que terminou a 30 de setembro, houve um afastamento da referida média, sendo que no mês de outubro esse desvio se acentuou.

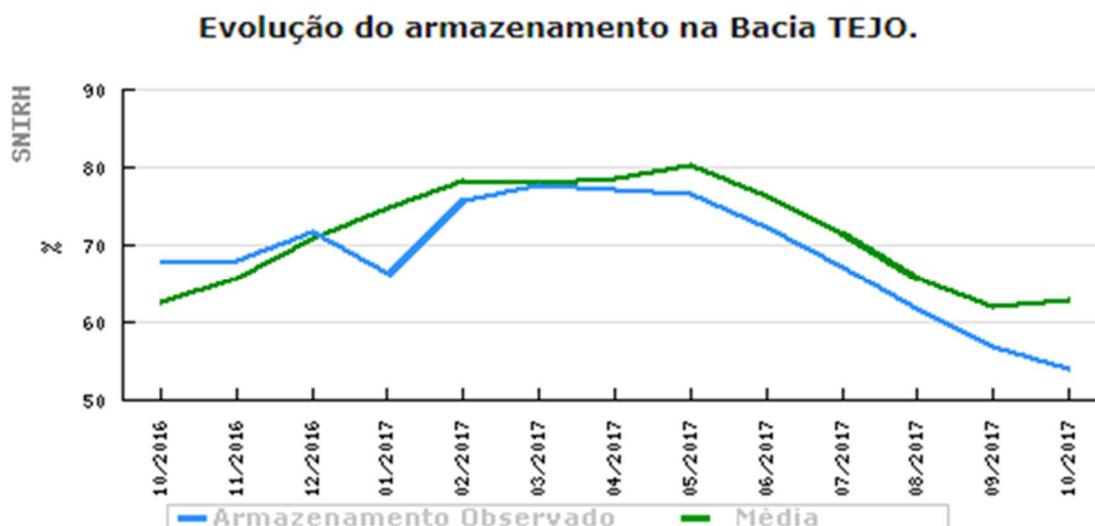


Figura 17 – Evolução dos volumes armazenados na bacia hidrográfica do Tejo comparativamente à média mensal calculada para o período (1990/91 a 2015/16) (Fonte: APA)

Para a bacia do Douro, apresenta-se na figura seguinte a evolução do armazenamento registado entre outubro de 2016 e outubro de 2017, comparados com os valores médios dos últimos 25 anos. Verifica-se que durante o ano hidrológico 2016/2017 que terminou a 30 de setembro, houve um afastamento significativo, sendo que no mês de outubro os valores observados são superiores à média.

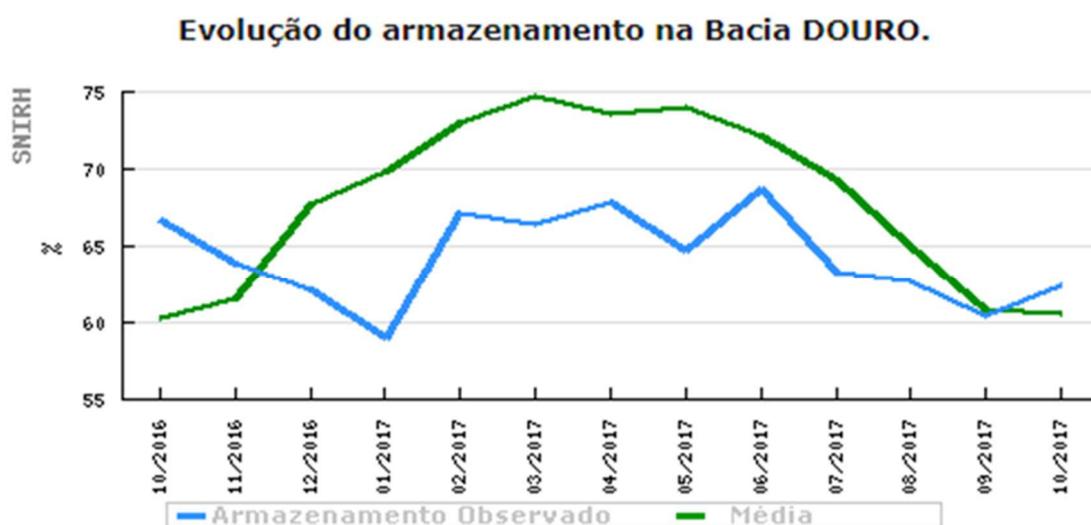


Figura 18 – Evolução dos volumes armazenados na bacia hidrográfica do Douro comparativamente à média mensal calculada para o período (1990/91 a 2015/16) (Fonte: APA)

Para a bacia do Guadiana apresenta-se na figura seguinte a evolução do armazenamento registado entre outubro de 2016 e outubro de 2017, comparados com os valores médios dos últimos 25 anos. Verifica-se que durante o ano hidrológico 2016/2017, que terminou a 30 de setembro, houve um afastamento da referida média, sendo que no mês de outubro esse desvio se acentuou.

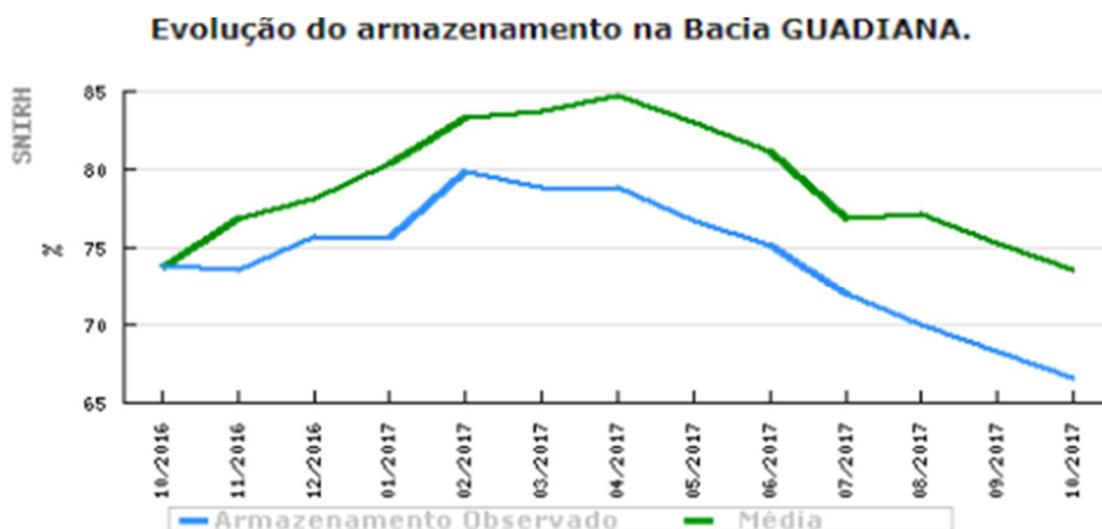


Figura 19 – Evolução dos volumes armazenados na bacia hidrográfica do Guadiana comparativamente à média mensal calculada para o período (1990/91 a 2015/16) (Fonte: APA)

Para a bacia do Ave apresenta-se na figura seguinte a evolução do armazenamento registado entre outubro de 2016 e outubro de 2017, comparados com os valores médios dos últimos 25 anos. Verifica-se que durante o ano hidrológico 2016/2017, que terminou a 30 de setembro, os volumes armazenados a partir de abril estiveram sempre acima da média, sendo que no mês de outubro essa tendência se alterou.



Figura 20 – Evolução dos volumes armazenados na bacia hidrográfica do Ave comparativamente à média mensal calculada para o período (1990/91 a 2015/16) (Fonte: APA)

Para a bacia do Lima apresenta-se na figura seguinte a evolução do armazenamento registado entre outubro de 2016 e outubro de 2017, comparados com os valores médios dos últimos 25 anos. Verifica-se que durante o ano hidrológico 2016/2017, que terminou a 30 de setembro, os volumes armazenados estiveram acima da média entre abril e julho, sendo que a partir de então essa tendência se alterou, tendo-se verificado inclusive no início do novo ano hidrológico uma descida brusca.

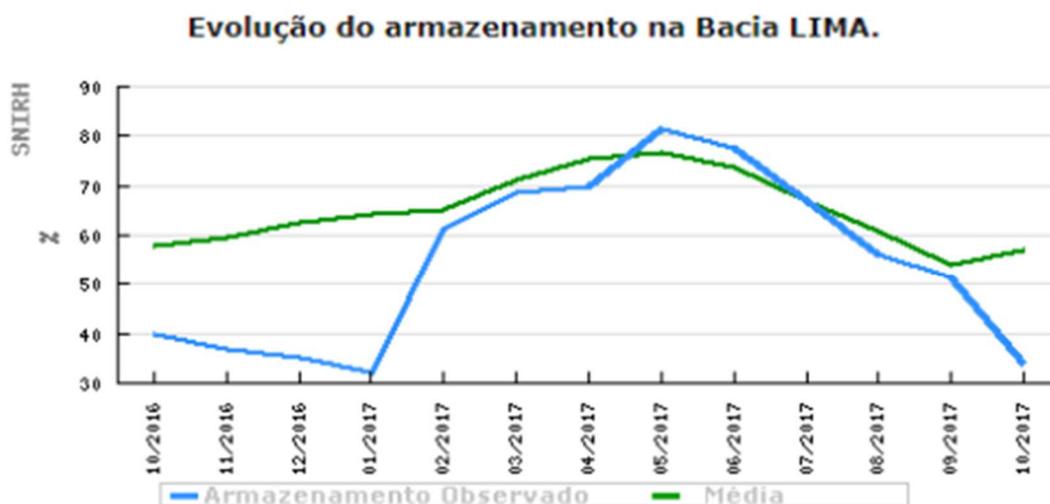


Figura 21 – Evolução dos volumes armazenados na bacia hidrográfica do Lima comparativamente à média mensal calculada para o período (1990/91 a 2015/16) (Fonte: APA)

Para a bacia do Cávado/Ribeiras Costeiras apresenta-se na figura seguinte a evolução do armazenamento registado entre outubro de 2016 e outubro de 2017, comparados com os valores médios dos últimos 25 anos. Verifica-se que durante o ano hidrológico 2016/2017, que terminou a 30 de setembro, os volumes armazenados a partir de junho estiveram acima da média, sendo que no mês de outubro se aproximou do valor médio.

Evolução do armazenamento na Bacia CAVADO/RIBEIRAS COSTEIRAS.

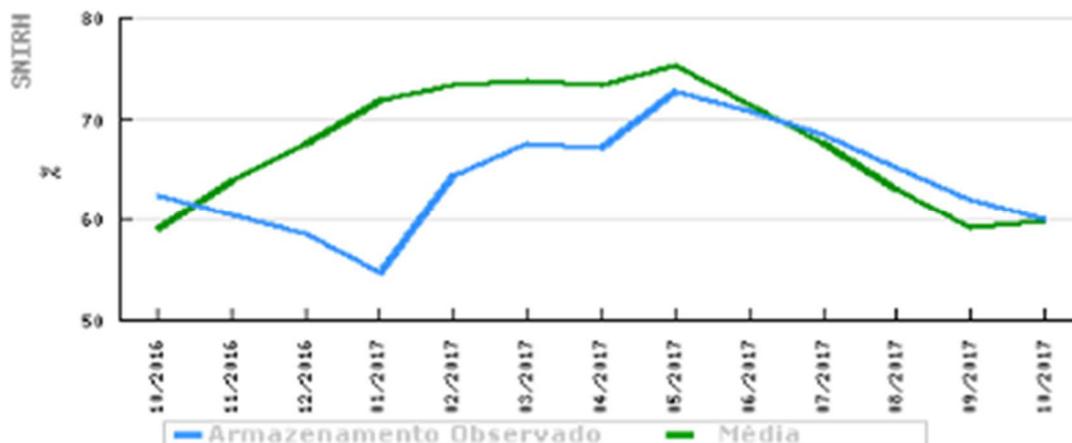


Figura 22 – Evolução dos volumes armazenados na bacia hidrográfica do Cávado/Ribeiras costeiras comparativamente à média mensal calculada para o período (1990/91 a 2015/16) (Fonte: APA)

Para a bacia das Ribeiras do Oeste apresenta-se na figura seguinte a evolução do armazenamento registado entre outubro de 2016 e outubro de 2017, comparados com os valores médios dos últimos 25 anos. Verifica-se que durante o ano hidrológico 2016/2017, que terminou a 30 de setembro, houve um afastamento da referida média, sendo que no mês de outubro esse desvio se acentuou.

Evolução do armazenamento na Bacia RIBEIRAS DO OESTE.

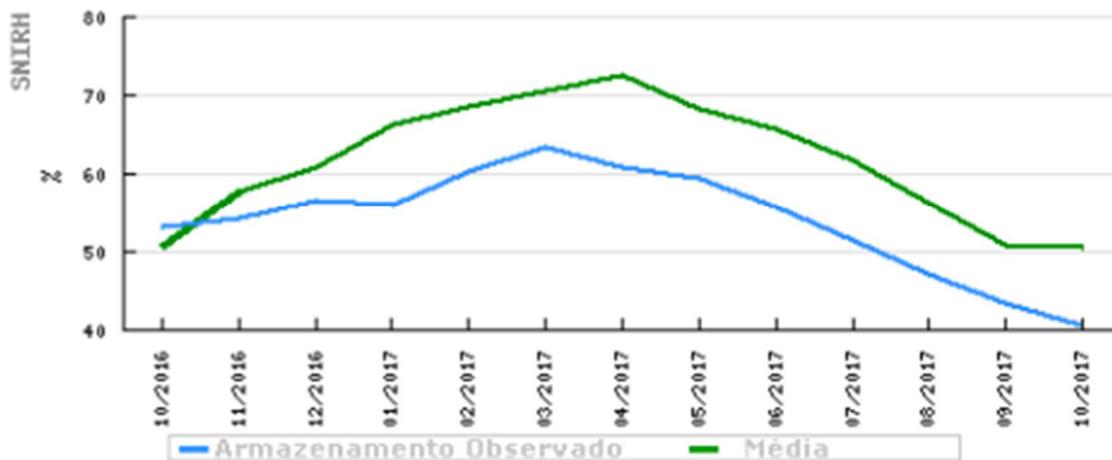


Figura 23 – Evolução dos volumes armazenados na bacia hidrográfica das Ribeiras do Oeste comparativamente à média mensal calculada para o período (1990/91 a 2015/16) (Fonte: APA)

Para a bacia do Mira apresenta-se na figura seguinte a evolução do armazenamento registado entre outubro de 2016 e outubro de 2017, comparados com os valores médios dos últimos 25 anos. Verifica-se que durante o ano hidrológico 2016/2017, que terminou a 30 de setembro, houve um afastamento da referida média, sendo que no mês de outubro esse desvio se acentuou.

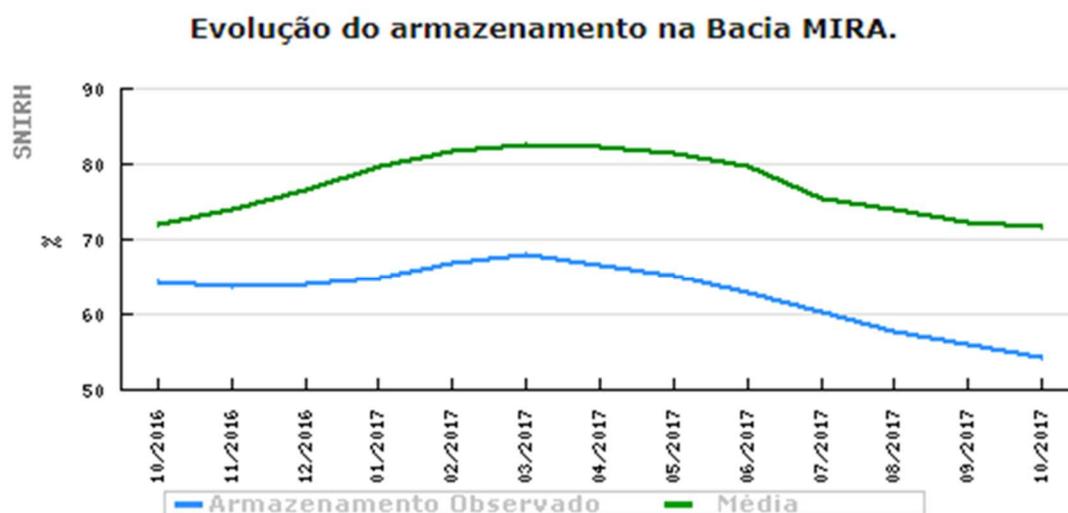


Figura 24 – Evolução dos volumes armazenados na bacia hidrográfica do Mira comparativamente à média mensal calculada para o período (1990/91 a 2015/16) (Fonte: APA)

Para a bacia das Ribeiras do Algarve apresenta-se na figura seguinte a evolução do armazenamento registado entre outubro de 2016 e outubro de 2017, comparados com os valores médios dos últimos 25 anos. Verifica-se que durante o ano hidrológico 2016/2017, que terminou a 30 de setembro, houve valores próximos, embora inferiores, da referida média, sendo que no mês de outubro o desvio se acentuou.

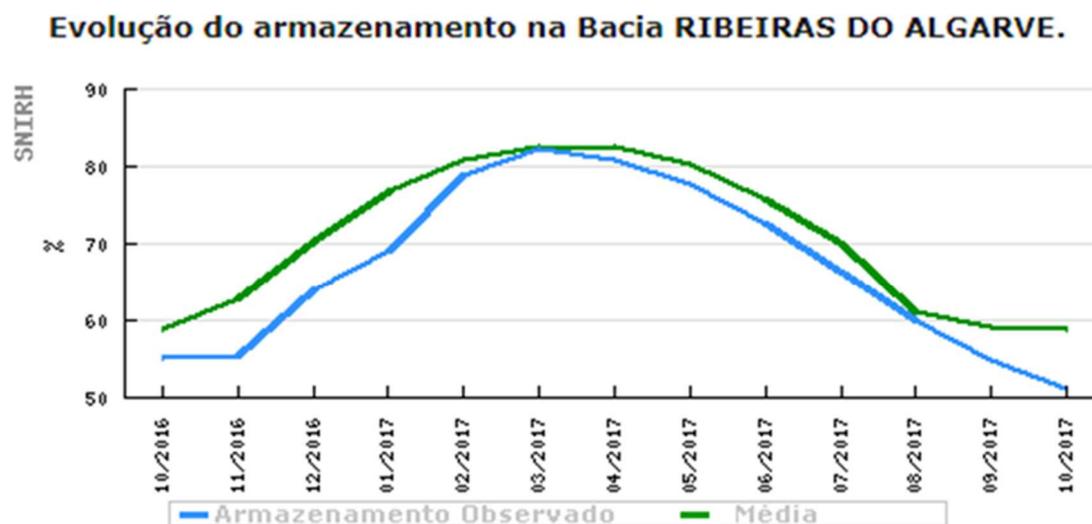


Figura 25 – Evolução dos volumes armazenados na bacia hidrográfica das Ribeiras do Algarve comparativamente à média mensal calculada para o período (1990/91 a 2015/16) (Fonte: APA)

Para a bacia do Arade apresenta-se na figura seguinte a evolução do armazenamento registado entre outubro de 2016 e outubro de 2017, comparados com os valores médios dos últimos 25 anos. Verifica-se que durante o ano hidrológico 2016/2017, que terminou a 30 de setembro, os valores estiveram sempre acima da média, tendência que continuou no início do ano hidrológico seguinte.



Figura 25 – Evolução dos volumes armazenados na bacia hidrográfica do Arade comparativamente à média mensal calculada para o período (1990/91 a 2015/16) (Fonte: APA)

Considerando os volumes armazenados totais, no final do mês de outubro as situações críticas e sob vigilância identificadas são:

Situações críticas ao nível das águas superficiais:

Bacia do Sado (Alvito [35%], Fonte Serne [29%], Monte Gato [10%], Odivelas [31%], Pego do Altar [8%], Roxo [22%], Vale do Gaio [12%], Campilhas [4%], Monte Miguéis [12%] e Monte da Rocha [8%]).

Albufeiras: Póvoa Meadas [40%], Divor [7%], Veiros, Vigia [11%], Serra Serrada [16%], Santa Luzia [12%], Abrilongo [14%], Caia [18%], Fagilde [13%].

Situações sob vigilância ao nível das águas superficiais:

Albufeiras: Agueira [53%], Monte Novo [35%], Vilar-Tabuaço [36%], Magos [35%], Maranhão [21%], Lucefecit [20%], Fronhas [22%], Vale do Rossim [29%], Arade [18%].

7. Águas Subterrâneas

No respeitante à evolução das reservas hídricas subterrâneas apresentam-se, seguidamente, os mapas de evolução dos níveis de água subterrânea correspondentes aos meses de agosto e setembro do ano hidrológico 2016-2017 e outubro do corrente ano hidrológico, 2017-2018.

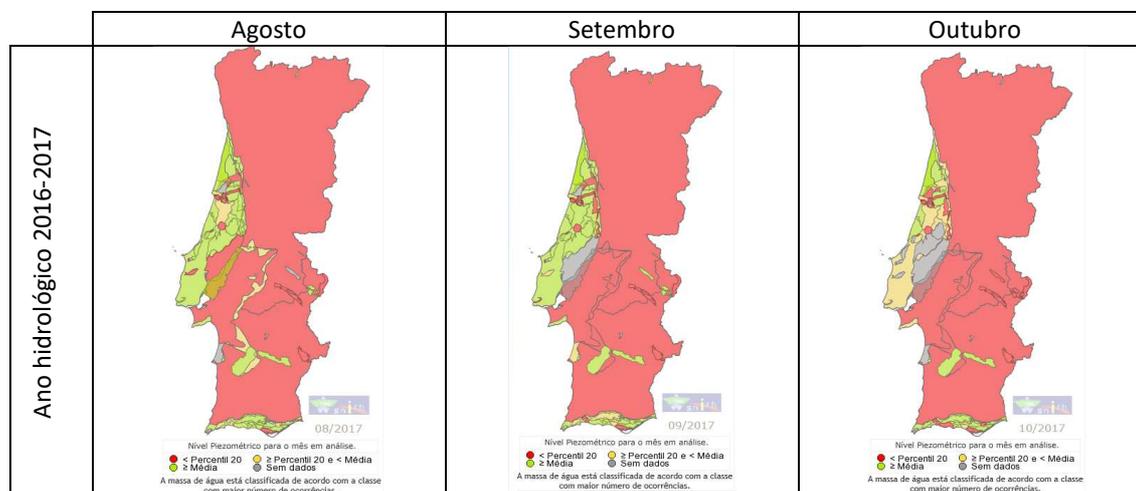


Figura 26 – Evolução das reservas hídricas subterrâneas observadas nos meses de agosto e setembro do ano hidrológico 2016/2017 e do mês de outubro do corrente ano hidrológico 2017/2018 (Fonte: APA)

Da análise dos mapas ao longo do ano hidrológico 2016-2017 verifica-se que existem diversas massas de água que, de forma recorrente, apresentaram o nível de água subterrânea inferior ao percentil 20.

Assim, atendendo aos dados disponíveis no mês de outubro 2017, constata-se que os níveis piezométricos registados nos 247 pontos observados em 47 massas de água subterrânea apresentaram-se, na generalidade, inferiores às médias mensais.

Nas massas de água A3 - Monforte - Alter do Chão, M12 - Campina de Faro, Maciço Antigo Indiferenciado Sul, M3 - Mexilhoeira Grande - Portimão, A11 - Elvas - Campo Maior, A10 - Moura - Ficalho, O14 - Pousos - Caranguejeira, O30 - VISO - Queridas, M4 - Ferragudo - Albufeira, O6 - Aluviões do Mondego, Indiferenciado da Bacia do Tejo-Sado, O8 - Verride, O9 - Penela - Tomar, A5 - Elvas - Vila Boim, A4 - Estremoz - Cano, O7 - Figueira da Foz - Gesteira, O4 - Ançã - Cantanhede, M13 - Peral - Moncarapacho, Maciço Antigo Indiferenciado Norte, T3 - Bacia do Tejo-Sado / Margem Esquerda E O18 - Maceira os níveis piezométricos encontraram-se significativamente inferiores aos valores médios mensais

Devido à reduzida precipitação, às elevadas temperaturas e utilizações existentes, continuam a verificar-se descidas dos níveis piezométricos nas formações do Maciço Antigo Indiferenciado bem como nalguns sistemas aquíferos, onde se registam níveis inferiores ao percentil 20. Assim, identificam-se dois grupos de massas de água - situações críticas e situações sob vigilância. As situações críticas dizem respeito a massas de água onde persistem, ao longo do corrente ano hidrológico, níveis inferiores ao percentil 20, pelo que, urge a aplicação de medidas preconizadas no âmbito da seca. As situações sob vigilância referem-se a massas de água onde se observam descidas significativas do nível de água subterrânea, pelo que, merecem especial atenção.

Acresce-se ainda que, é expetável que se continuem a registar descidas dos níveis de água subterrânea (devido ao fluxo natural bem como às utilizações existentes) e, conseqüentemente, mais massas de água possam vir a integrar o grupo das situações críticas ou de vigilância até que ocorra precipitação significativa que permita a recarga das mesmas.

Neste contexto, as massas de água em **situação crítica** são as seguintes:

- MA Moura-Ficalho (bacia do Guadiana);
- MA Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Guadiana e do Sado (bacias do Guadiana e do Sado);
- MA Zona Sul Portuguesa da Bacia do Guadiana e do Sado (bacias do Guadiana e do Sado);
- MA Elvas-Campo Maior (bacia do Guadiana);
- MA Campina de Faro – Subsistema Vale de Lobo (bacia das Ribeiras do Algarve);
- MA Cársico da Bairrada (bacias do Mondego e do Vouga);
- MA Estremoz-Cano (bacias do Tejo e do Guadiana);
- MA Maceira (bacias das Ribeiras do Oeste e do Lis);
- MA Paço (bacia das Ribeiras do Oeste);
- MA Pousos-Caranguejeira (bacia do Lis);
- MA Figueira da Foz-Gesteira (bacia do Mondego).

As massas de água que devem ficar sob **vigilância** são as seguintes:

- Maciço Antigo Indiferenciado: todas as regiões abrangendo as seguintes bacias: Minho, Lima, Cávado, Ave, Leça, Douro, Vouga, Mondego e Tejo;
- MA Torres Vedras (bacia das Ribeiras do Oeste);
- MA Escusa (bacia do Tejo);
- MA Querença-Silves (bacia das Ribeiras do Algarve);
- MA Campina de Faro – Subsistema Faro (bacia das Ribeiras do Algarve);
- MA Verride (bacia do Mondego);
- MA Viso-Queridas (bacias do Mondego e do Vouga);
- MA Penela-Tomar (bacias do Mondego e do Tejo);
- MA Pisões-Atrozela (bacias do Tejo e das Ribeiras do Oeste);
- MA Mexilhoeira Grande-Portimão (bacia das Ribeiras do Algarve);
- **Todas as restantes massas de água do país.**

Comparando com o mês anterior, há a referir que na listagem das massas de água em situação crítica, foram adicionadas as duas últimas que transitaram da lista de vigilância.

No respeitante à listagem de massas de água sob vigilância, considera-se que, complementarmente a algumas massas de água identificadas, todo o país deve ficar sob controlo, atendendo aos níveis de água subterrânea que se estão a registar a nível nacional. Importa ter em conta que a situação é muito preocupante em várias massas de água, pelo que aquelas que apresentam ainda alguma disponibilidade hídrica devem ser protegidas, por forma a auxiliarem as necessidades de abastecimento de algumas regiões, caso a situação de seca se venha a manter.

Neste contexto e face à situação atual, considera-se que a construção de novas captações deve apenas ser objeto de autorização para abastecimento público ou privado (quando não existe rede de abastecimento público) bem como abeberamento do gado, com a obrigatoriedade de colocação de contadores, devendo os volumes extraídos serem enviados

quinzenalmente para a entidade licenciadora. Nestes casos deve ser reforçada a fiscalização, por forma a controlar que as autorizações concedidas foram utilizadas apenas para os fins previstos.

Deve ser dada especial atenção às massas de água do litoral, de modo a evitar eventuais fenómenos de intrusão salina. Salienta-se ainda para a necessidade de reforço das ações de fiscalização (furos ilegais e para cumprimento dos TURH) por todo o país.

8. Reservas de Água nas Albufeiras de Aproveitamento Hidroagrícola

Os armazenamentos registados no final da 2ª quinzena de outubro (27/10/2017) nas 41 albufeiras monitorizados pela Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) estão indicados na Tabela 3. Nesta Tabela apresentam-se, também, as tendências evolutivas dos armazenamentos, em relação ao final da quinzena anterior, e as previsões para a campanha de rega ainda em curso.

Nesta quinzena houve uma tendência generalizada de descida dos volumes armazenados nas albufeiras, uma vez que decorre o final da campanha de rega primavera/verão, as perdas por evaporação são ainda significativas e não existem aflúncias naturais relevantes às bacias próprias. A exceção desta tendência está associada às albufeiras com ligação ao EFMA (Odivelas/Alvito e Roxo) e às albufeiras de Magos e Montargil (Tejo) e Salgueiro (Douro). No final da 2ª quinzena de outubro, 61 % das albufeiras hidroagrícolas tinham armazenamentos inferiores a 40 % da sua capacidade total (Figura 27). Entre os aproveitamentos analisados, a albufeira de Santa Clara, situada na bacia hidrográfica do rio Mira, é aquela que apresenta maior volume armazenado (264,15 hm³), que corresponde a 54 % da sua capacidade de armazenamento.

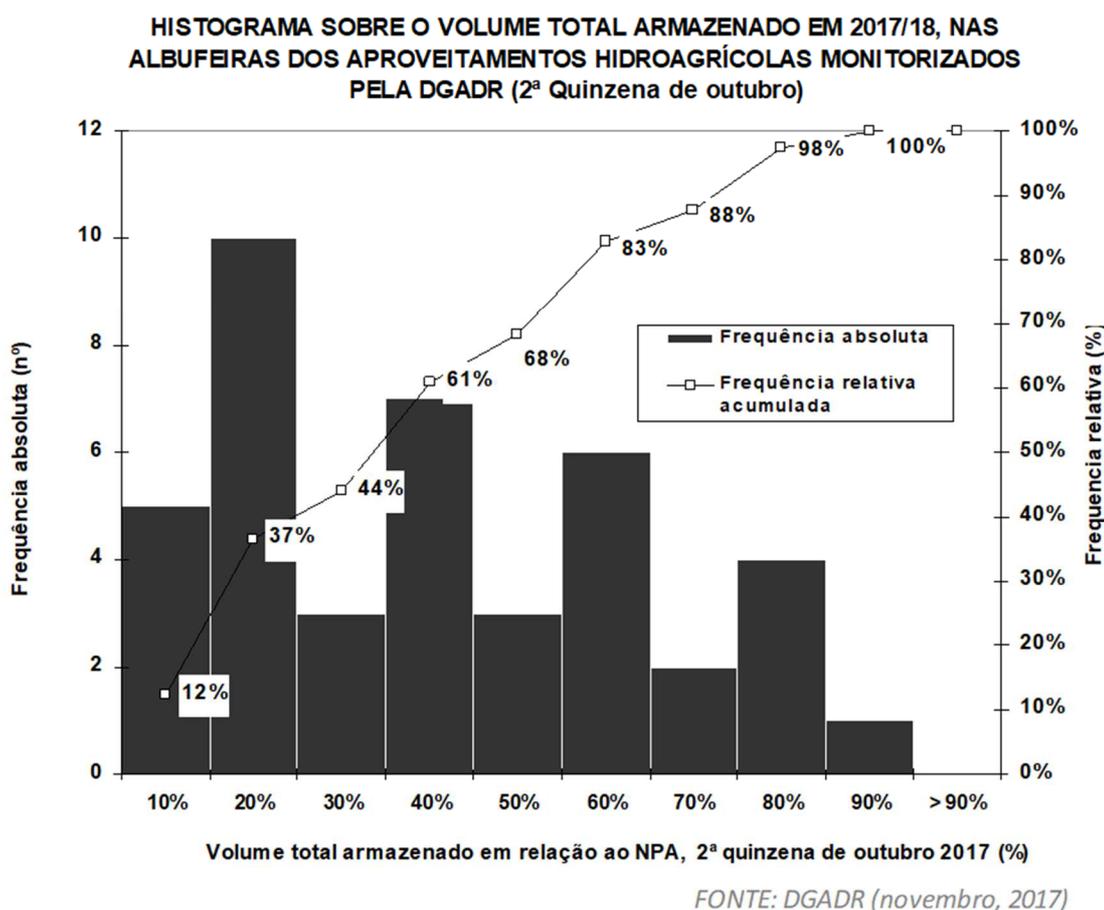


Figura 27 – Histograma do volume total armazenado nas albufeiras dos aproveitamentos hidroagrícolas em 2017/2018
(Fonte: DGADR)

A situação com maior escassez de água face às necessidades da campanha normal de rega situa-se em toda a bacia hidrográfica do rio Sado. Na 2ª quinzena de outubro as situações críticas em relação às disponibilidades hídricas para a campanha normal de rega são as mesmas do final da quinzena anterior, havendo um agravamento generalizado. Assim, foram esgotadas as reservas nas albufeiras de Veiros (Tejo), Fonte Serne (Sado) e Campilhas (Sado) e existem restrições associadas às albufeiras de Odivelas, Monte da Rocha e Monte Gato (todas situadas no Sado), Vigia (Guadiana) e Divor (Tejo).

As associações de regantes que constataram terem reservas hídricas limitadas no início da campanha de rega (março/abril de 2017) promoveram entre os agricultores uma gestão adequada, de modo a assegurar as necessidades de água mínimas da atividade agropecuária, estando cientes da obrigatoriedade de assegurar o abastecimento público, de carácter prioritário, e tendo em atenção as perdas por evaporação e o volume morto de cada aproveitamento. Assim, a gestão das albufeiras conduziu à evolução semanal percentual dos volumes armazenados úteis, indicados na Figura 28. Nesta Figura estão sinalizadas as albufeiras com percentagens de armazenamento úteis mais elevadas, em função de quatro agrupamentos de bacias hidrográficas: a) Douro e Vouga; b) Tejo e Arnoia; c) Sado e Mira; d) Guadiana e ribeiras do Algarve.

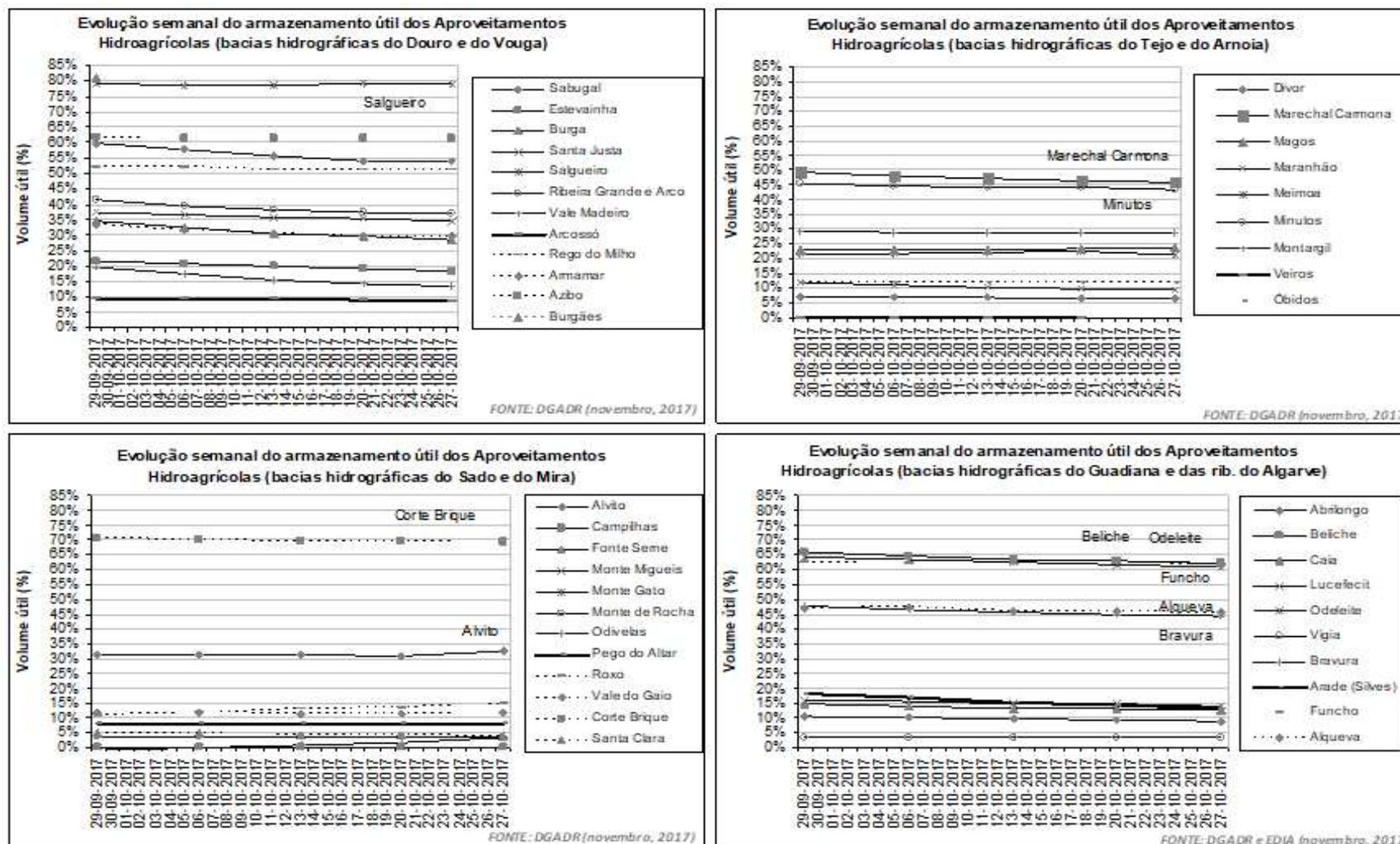
Tabela 3 - Os armazenamentos registados no final de setembro (27/10/2017) e tendências evolutivas dos armazenamentos

Codigo							Previsão para a campanha de rega						OBS	
	Albufeira	Bacia Hidrográfica	Cota do plano de água	Volume total armazenado (hm3)	(%)	cota da golizzena anterior	Evolução face à quinzena anterior	Aproveitamento hidroagrícola	Necessidade da campanha normal (hm3)	Volume útil disponível na albufeira (hm3)	Volume consumido (acumulado) (hm3)	(%)		Previsão para o final da campanha de 2017
30	Sabugal	Douro	781,16	65,62	57%	781,54	↓	Cova da Beira	50,00	61,72	45,86	0,92	camp rega normal	100 %
1	Esteveanha	Douro	620,70	0,59	37%	620,90	↓	Alfandega da Fè	1,00	0,29	0,62	0,62	camp assegurada em	77 %
16	Burga	Douro	321,40	0,54	35%	321,70	↓	Vale da Vilarica	1,20	0,44	0,80	0,73	camp rega normal	100 %
18	Santa Justa	Douro	252,70	1,96	56%	252,85	↓	Vale da Vilarica	1,90	1,21	1,32	69%	camp rega normal	100 %
17	Salgueiro	Douro	220,65	1,57	87%	220,60	↑	Vale da Vilarica	0,30	1,42	0,23	77%	camp rega normal	100 %
19	Ribeira Grande e Arco	Douro	182,85	3,86	65%	183,00	↓	Vale da Vilarica	1,90	2,22	2,11	111%	camp rega normal	100 %
15	Vale Madeiro	Douro	279,50	0,29	19%	280,00	↓	Vale Madeiro	0,90	0,20	1,11	123%	camp rega normal	100 %
13	Arcosó	Douro	517,40	0,63	13%	517,70	↓	Veiga de Chaves	3,30	0,42	3,82	116%	camp rega normal	100 %
10	Rego do Milho	Douro	449,75	1,07	56%	449,80	↓	Rego do Milho	0,50	0,98	1,24	248%	camp rega normal	100 %
12	Amamar	Douro	745,68	0,94	32%	745,90	↓	Temilobos	1,20	0,86	1,25	104%	camp rega normal	100 %
7	Azibo	Douro	598,42	41,20	76%	598,42	↔	Macedo de Cavaleiros	8,00	33,40	8,22	103%	camp rega normal	100 %
2	Burgães	Veuga				0,00		Burgães						sem elementos
63	Divor	Tejo	253,12	0,78	7%	253,14	↓	Divor	5,00	0,77	2,61	52%	camp assegurada em	32 %
32	Marechal Carmona	Tejo	247,58	36,50	47%	247,84	↓	Idanha	40,00	35,70	34,03	87%	camp rega normal	100 %
49	Magos	Tejo	13,62	1,19	35%	13,56	↑	Magos	2,50	0,80	2,23	89%	camp rega normal	100 %
48	Maranhão	Tejo	114,82	43,79	21%	115,20	↓	Vale do Sorraia	100,00	19,29	93,65	94%	camp rega normal	100 %
29	Meimoa	Tejo	558,71	20,33	52%	558,90	↓	Cova da Beira	15,00	8,33	18,34	122%	camp rega normal	100 %
66	Minutos	Tejo	257,30	24,79	48%	257,40	↓	Minutos	10,00	22,69	10,17	102%	camp rega normal	100 %
47	Montargil	Tejo	72,40	69,41	42%	72,35	↑	Vale do Sorraia	60,00	47,81	81,41	136%	camp rega normal	100 %
200	Veios	Tejo	255,50	1,11	11%	255,50	↔	Veios	3,38	0,00	0,98	29%	camp assegurada em	0 %
52	Óbidos	Arnoia	27,40	2,13	30%	27,40	↔	Óbidos		0,83				

Codigo							Previsão para a campanha de rega						OBS	
	Albufeira	Bacia Hidrográfica	Cota do plano de água	Volume total armazenado (hm3)	(%)	cota da golizena anterior	Evolução face à quinzena anterior	Aproveitamento hidroagrícola	Necessidade da campanha normal (hm3)	Volume útil disponível na albufeira (hm3)	Volume consumido (acumulado) (hm3)	(%)		Previsão para o final da campanha de 2017
81	Abito	Sado	188,62	45,48	34%	188,36	↗	-		42,98				
57	Campilhas	Sado	92,53	1,00	4%	92,53	↔	Campilhas e Alto Sado	15,00	0,00	12,34	82%	camp assegurada em	0 %
59	Fonte Seme	Sado	73,45	1,50	2%	73,45	↔	Campilhas e Alto Sado	2,10	0,00	0,49	23%	camp assegurada em	0 %
61	Monte Miguéis	Sado	151,75	0,11	12%	151,75	↔	Campilhas e Alto Sado	0,80	0,00	0,81	101%	camp rega normal	100 %
60	Monte Gato	Sado	174,34	0,06	9%	174,34	↔	Campilhas e Alto Sado	0,60	0,00	0,60	99%	camp assegurada em	25 %
58	Monte da Rocha	Sado	117,03	8,64	8%	117,17	↘	Campilhas e Alto Sado	39,00	3,64	11,74	30%	camp assegurada em	13 %
70	Odivelas	Sado	92,03	29,06	30%	91,34	↗	Odivelas	44,00	3,06	9,02	21%	camp assegurada em	9 %
72	Pego do Altar	Sado	30,11	7,51	8%	30,13	↘	Vale do Sado	50,00	7,51	24,97	50%	camp assegurada em	30 %
71	Roxo	Sado	127,30	21,23	22%	126,87	↗	Roxo	30,00	14,43	5,82	19%	camp assegurada em	60 %
73	Vale do Gao	Sado	23,06	7,33	12%	23,05	↗	Vale do Sado	35,00	7,33	31,12	89%	camp rega normal	100 %
62	Corte Brique	Mira	132,63	1,31	80%	132,69	↘	Mira	1,00	1,13	0,33	33%	camp rega normal	100 %
69	Santa Clara	Mira	116,28	264,15	54%	116,42	↘	Mira	70,00	19,45	62,79	90%	camp rega normal	100 %
75	Abrilongo	Guadiana	242,17	2,81	14%	242,35	↘	Abrilongo		1,81				
116	Belicha	Guadiana	45,36	30,14	63%	45,70	↘	Sotavento Algarvio	19,00	29,74	15,18	80%	camp rega normal	100 %
56	Caia	Guadiana	218,40	36,68	18%	218,59	↘	Caia	60,00	25,98	54,02	90%	camp rega normal	100 %
65	Lucefecit	Guadiana	174,44	2,04	20%	174,62	↘	Lucefecit	8,00	1,44	6,74	84%	camp rega normal	100 %
117	Odeleite	Guadiana	45,39	91,98	71%	45,76	↘	Sotavento Algarvio	35,00	78,98	35,54	102%	camp rega normal	100 %
74	Vigia	Guadiana	211,88	1,74	10%	211,93	↘	Vigia	10,00	0,54	4,16	42%	camp assegurada em	9 %
103	Alvor	Odeóxere	26,80	17,98	52%	27,06	↘	Alvor	10,00	15,42	10,53	105%	camp rega normal	100 %
115	Arade (Silves)	Arade	42,08	5,37	19%	42,89	↘	Silves Lagoa e Portimão	15,00	3,73	14,19	95%	camp rega normal	100 %
120	Funchal	Arade	91,91	34,52	72%	91,94	↘	Silves Lagoa e Portimão		29,55				

Fonte: DGADR (Sistema de Informação do Regadio - SIR, 2017)

Figura 28 - Evolução semanal percentual dos volumes armazenados úteis dos aproveitamentos hidroagrícola das bacias hidrográficas do Douro e Vouga; Tejo e Arnoia; Sado e Mira; Guadiana e ribeiras do Algarve.



Fonte: DGADR (Sistema de Informação do Regadio - SIR, 2017)

Na tabela seguinte apresenta-se o **ponto de situação das albufeiras do Grupo IV dos perímetros hidroagrícolas monitorizadas pela DRAPN.**

Tabela 4 – Disponibilidade de água nas albufeiras dos aproveitamentos hidroagrícolas

Data : 3 de novembro 2017

Concelho	Albufeira	Cota actual	Armazenamento total			Armazenamento útil			
			Actual (hm3)	leitura 27 outubro (hm3)	Varição (hm3)	% ao NPA	Vol. útil armazen. - hm3	% ao NPA	
Alfândega da Fé	Sta Justa (SIR)	252.60	1.940	1.96	↓	-0.020	56	1.19	43.5
	Burga (SIR)	321.40	0.540	0.54	↔	0.000	35	0.44	30.6
	Salgueiro (SIR)	220.70	1.580	1.57	↑	0.010	88	1.43	86.7
Mirandela	Vale Madeiro (SIR)	279.40	0.280	0.29	↓	-0.010	19	0.19	13.6
Chaves	Arcossó (SIR)	517.30	0.620	0.63	↓	-0.010	13	0.41	8.8
	Rego do Milho (SIR)	449.73	1.060	1.07	↓	-0.010	56	0.97	53.5
Armamar	Armamar (SIR)	745.62	0.930	0.94	↓	-0.010	32	0.85	30.1
Vila Flor	Rib. Grande e Arco (SIR)	182.75	3.820	3.86	↓	-0.040	64	2.18	50.3
			10.77	10.86		-0.09	45	7.65	39.6

(Fonte: DRAPN)

Na tabela seguinte, apresenta-se a percentagem de **água disponível relativamente à capacidade total das albufeiras do Grupo IV dos perímetros hidroagrícolas monitorizadas pela DRAPC.**

Tabela 5- Disponibilidade de água nas albufeiras dos aproveitamentos hidroagrícolas tipo IV (31 de outubro)

Concelho	Albufeira	% em relação à capacidade total
Anadia	Porcão	26%
Castelo Branco	Magueija	31%
Figueira de Castelo Rodrigo	Vermiosa	49%
Mortágua	Macieira	49%
Oliveira de Frades	Pereiras	2%
Pinhel/Trancoso	Bouça-Cova	43%
Sabugal	Alfaiates	16%
Vila Velha de Ródão	Açafal	38%
Vila Velha de Ródão	Coutada/Tamujaís	58%
Viseu	Calde	70%

(Fonte: DRAP Centro)

9. Abastecimento por recurso a autotanques dos Corpos de Bombeiros a 31 de outubro

A utilização de veículos autotanque para reforço do abastecimento (por injeção de água em reservatórios ou instalações de tratamento) é uma prática corrente de diversas entidades gestoras, as quais recorrem a recursos próprios, a meios das autarquias (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), a veículos detidos por privados ou, mais comumente, a veículos dos Corpos de Bombeiros.

No período entre 16 e 31 de outubro de 2017, foram realizadas 502 operações de abastecimento com recurso a meios dos Corpos de Bombeiros, valor que traduz um aumento de cerca de 250% face a igual período do ano anterior, mas que não revela uma variação significativa face à quinzena anterior, conforme ilustrado na Figura seguinte:

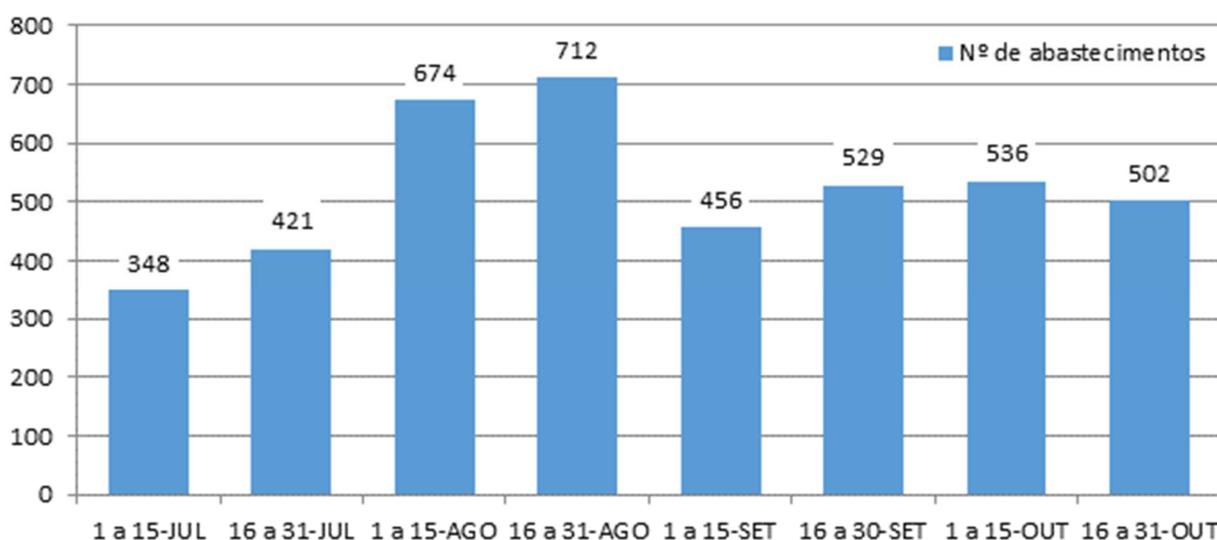


Figura 29 – Número de abastecimentos públicos no período 1 de julho a 31 de outubro de 2017 (Fonte: ANPC)

Numa análise distrital, verifica-se que os distritos de Bragança (151 abastecimentos), Viseu (82) e Coimbra (81) foram os que registaram, no período em causa, um maior número de abastecimentos efetuados por Corpos de Bombeiros, em resultado da situação de seca, presumivelmente agravada por situações de vulnerabilidade estrutural no acesso a água potável. Esta distribuição distrital confirma a tendência já registada quer durante o 3º trimestre, quer na 1ª quinzena de outubro de 2017.

Contudo, importa notar que não é possível garantir que, todas as operações de abastecimento efetuadas pelos Corpos de Bombeiros tenham tido por finalidade o abastecimento público à população, ou que, tendo esse propósito, tal abastecimento decorra diretamente da situação de seca. Todavia, com os dados disponíveis, é possível afirmar que a larga maioria das operações de abastecimento realizadas no nordeste transmontano e interior centro estão associadas a transferências de água visando o enchimento de reservatórios.

Será, assim, este o caso dos municípios que registaram maior número de operações de abastecimento com recurso a meios dos Corpos de Bombeiros, na quinzena em causa:

- Bragança – 44 abastecimentos;
- Mirandela – 39 abastecimentos;
- Miranda do Corvo – 25 abastecimentos;
- Vimioso – 25 abastecimentos;
- Moimenta da Beira – 24 abastecimentos;
- Mogadouro – 15 abastecimentos;
- Viana do Castelo – 13 abastecimentos;
- Miranda do Douro – 13 abastecimentos;
- Barcelos – 12 abastecimentos;
- Penela – 12 abastecimentos;
- Almodôvar – 12 abastecimentos.

Agricultura e Pecuária

Neste capítulo apresenta-se a evolução das atividades agrícolas em finais de outubro, em termos qualitativos, constando os valores das variações de área, de produtividade e de produção dos Anexos III e IV.

É de salientar que se iniciou um novo ano agrícola, 2017/2018, pelo que, para além do acompanhamento da presente campanha, consolidaremos também a informação relativa às atividades da anterior que ainda não terminaram, como viticultura e olivicultura.

I. Cereais de outono /inverno (2017/2018):

- II. No Norte, depois da precipitação que ocorreu no início da segunda quinzena do mês, os agricultores avançaram com a preparação da terra para efetuarem as culturas da época (sementeiras dos cereais e forragens de outono/inverno). No entanto, ao fim de alguns dias verificaram que, em muitos terrenos, o teor de água no solo continuava baixo, dificultando a realização de certos trabalhos. A perspetiva de não existir uma alteração significativa nos próximos tempos, leva vários produtores a questionarem a realização das operações culturais preparatórias do novo ano agrícola;
- III. No Centro, a área em que se procedeu à mobilização do solo para este tipo de culturas, é sensivelmente a mesma do ano anterior. As operações culturais do novo ano agrícola já se iniciaram praticamente em toda a região;
- IV. Em Lisboa e Vale do Tejo, a preparação dos terrenos para a instalação das culturas de outono-inverno está a decorrer apenas nos terrenos com disponibilidade de rega, resumindo-se quase exclusivamente à sementeira de azevém em áreas com sistemas de rega fixos (pivots);
- V. No Alentejo, a continuação de temperaturas elevadas e ausência de precipitação, exceto nos últimos dias do mês de outubro, impossibilitou a execução das operações culturais de preparação do solo para a sementeira das culturas de outono-inverno, nomeadamente culturas forrageiras, que marcam o início do ano agrícola;
- VI. No Algarve, a preparação dos terrenos para a realização de novas culturas está muito atrasada e não se vislumbra a execução das sementeiras de outono/inverno.

VII. Prados, pastagens permanentes e forragens (2017/2018):

- VIII. No Norte, o estado de secura completa que muitas áreas de pastagens pobres apresentam é deveras preocupante para os produtores com efetivos de pequenos ruminantes. Mantem-se a apreensão com o aumento do consumo de alimentos grosseiros armazenados/comprados e de concentrados. Verifica-se um esgotamento progressivo das reservas destinadas ao período invernal (de salientar a abertura antecipada dos silos em algumas explorações) e é patente um aumento dos preços das palhas e dos fenos;
- IX. No Centro, o tempo quente e seco do anterior ano agrícola condicionou anormalmente a produção de matéria verde em geral, a qual foi manifestamente insuficiente para suprir as necessidades de alimentação dos efetivos pecuários, incidindo particularmente nas zonas do Interior. De facto, no ciclo produtivo terminado em 30 de setembro as perdas deverão ter atingido 20%, 35% e 45%, respetivamente nas zonas

do litoral, de transição e do interior. Antevê-se, face à impossibilidade de regeneração natural das plantas que morreram com a seca, que essa quebra de produção se mantenha no início deste ciclo produtivo;

- X. Em Lisboa e Vale do Tejo, a ausência de chuva verificada em setembro, está a afetar gravemente a produção pecuária em regime extensivo, uma vez que os prados e pastagens de sequeiro continuam secos e muito gastos, mantendo-se a necessidade de distribuição de fenos, palhas e outros alimentos, muitas vezes compradas. O aspeto geral das pastagens de sequeiro é de carência extrema, a disponibilidade de alimento é inexistente, apenas nas explorações em que existe regadio, as espécies forrageiras anuais e os prados continuam a fornecer algum alimento às espécies pecuárias em pastoreio. A alimentação continua a ser assegurada pelo recurso quase exclusivo a forragens conservadas e concentrados comerciais com o inerente acréscimo de custos;
- XI. No Alentejo, face às quebras de produção verificadas nas culturas forrageiras, os efetivos pecuários estão a ser suplementados com alimentos conservados (palhas e fenos) e concentrados (rações). A antecipação no consumo de alimentos conservados associada à quebra de produção verificada conduz ao comprometimento das disponibilidades alimentares das explorações pecuárias durante os meses de inverno, altura em que naturalmente recorrem a este tipo de alimentos. Por outro lado, a demora verificada na sementeira de culturas forrageiras implicará um atraso na disponibilização de erva para pastoreio, conduzindo a um prolongamento do recurso a alimentos concentrados/conservados, o que representa um acréscimo de custos significativo para as explorações pecuárias;
- XII. No Algarve, as pastagens já estão esgotadas pelo pastoreio e pela decomposição da matéria vegetal, não se vislumbrando nenhum alimento para os animais, sendo apenas visível a coloração do solo. Esta situação resulta de um largo período de tempo sem ocorrência de precipitação. Apenas as pastagens e prados de regadio apresentam algum alimento de cor verdejante. A quantidade de chuva ocorrida nos dias 18 e 19 de outubro foi diminuta e, só agora no final do mês, é que a vegetação espontânea parece querer emergir, mas de uma forma ainda pouco consistente. As disponibilidades forrageiras que têm estado a ser asseguradas pelas áreas de restolho dos cereais praganosos, cuja entrada no circuito alimentar dos animais se iniciou no mês de agosto, estão também na sua maioria esgotadas. Nos concelhos de Alcoutim e Castro Marim, continua a verificar-se escassez de alimentos, principalmente em explorações em que não se efetuaram sementeiras de culturas forrageiras e em que apenas se recorreu às pastagens naturais pobres. No restante território da região, algum material enfardado que havia sido armazenado, tal como fenos e palhas, continua a ser consumido pelos animais, conjuntamente com a utilização dos últimos restos das pastagens existentes (restolhos), os quais têm sido determinantes no contributo para a autossuficiência alimentar dos animais sujeitos ao pastoreio. Na alimentação animal, constata-se que o consumo de rações industriais decorre num patamar bastante baixo, devido aos encargos elevados que as mesmas representam nos custos de produção.

XIII. Culturas de primavera-verão (2016/2017):

- No Norte, observou-se um acelerar do ciclo cultural destas culturas. O tempo seco foi favorável à execução das colheitas. No entanto, alguns campos de milho grão de sequeiro viram o seu destino inicial ser alterado,

quer sendo cortados para forragem ou fazendo-se o pastoreio direto. Em Trás-os-Montes, estima-se uma diminuição na produção de milho grão de sequeiro de cerca de 18,6%, comparativamente ao ano anterior, resultado de uma diminuição da área que ficou efetivamente para grão e da produtividade. Nas situações em que as culturas foram efetuadas em regadio, o aumento do número de regas foi essencial para garantir a sua produtividade, não sendo por vezes suficiente. Assim, as espigas do milho grão de regadio nem sempre se desenvolveram como deveriam, apesar do aumento dos custos de produção;

- Face ao ano anterior, no litoral Centro não se verificaram alterações significativas nas áreas semeadas de milho, de arroz e de batata. Quanto a produções, o milho regista valores semelhantes ao do ano precedente; no arroz estima-se ligeiro aumento (+5%) no Baixo Vouga e ligeiro decréscimo no Baixo Mondego e Pinhal Litoral, resultante, nestes casos, da proliferação anormal de infestantes e das temperaturas persistentemente elevadas. A produção de batata aumentou cerca de 15%.

Nas zonas de transição as áreas de milho mantiveram-se iguais, com exceção do Alto e Baixo Dão Lafões e na Beira Serra, onde houve uma ligeira diminuição; quanto à produção, o milho teve quebra em todas as zonas na ordem dos 20%, com exceção do Pinhal Sul, onde se manteve. No que concerne à batata, a área semeada foi ligeiramente mais elevada e a produção foi superior em cerca de 20%.

No interior da região a área de milho manteve-se, exceto na Cova da Beira onde diminuiu ligeiramente; a produção sofreu quebras entre 10% e 25%. A produção de batata registou ligeiro aumento na Cova da Beira, Campo e Campina Albicastrense;

- Em Lisboa e Vale do Tejo a colheita do milho de regadio está praticamente concluída. As produtividades são semelhantes ou superiores ao ano anterior, no entanto, relativamente à comercialização é geral o desânimo devido aos preços que estão a ser praticados. Nas searas de arroz a colheita encontra-se em fase final, tendo a mesma, ocorrido de forma muito intensa e concentrada, estando já colhida cerca de 80% da área semeada. As condições do estado do tempo muito seco, sem ocorrência de chuva, implicaram o aceleração da colheita, pelo facto de o grão se encontrar a secar muito rapidamente no campo. Mantém-se a estimativa de um ligeiro acréscimo de produtividade relativamente ao ano anterior. Em termos de qualidade prevê-se uma maior percentagem de grãos partidos, uma vez que as temperaturas muito elevadas levaram a um amadurecimento muito rápido do grão que em geral foi colhido muito seco;

A colheita do tomate para indústria está concluída, sendo esta campanha marcada pela ocorrência de ataques de pragas (mosca branca e ácaros) que prejudicaram significativamente o bom desenvolvimento das plantas e afetaram muito a maturação do fruto. O volume da produção comercializada dependeu da quantidade de plantas que completaram o seu ciclo mantendo os frutos verdes, da quantidade de tomate que ficou no campo ou foi rejeitada pelas fábricas. Assim, embora por via do acréscimo da área plantada na zona da Grande Lisboa, se estime um acréscimo de produção da ordem dos 15%, em termos globais espera-se uma quebra da produção relativamente ao ano anterior da ordem dos 10%;

No que respeita à cultura de girassol a colheita está concluída, mantendo-se as perspectivas de acréscimo de produtividade relativamente ao ano anterior (10% a 20%);

- No Alentejo, confirma-se a redução das áreas semeadas de tomate para a indústria, arroz e milho, em 20% e 5%, respetivamente. No que se refere ao tomate, verificou-se alguma irregularidade nos rendimentos obtidos, sendo a produtividade média semelhante à obtida na anterior campanha. No girassol, a estimativa

aponta para uma quebra na produtividade média entre -10% e -15% comparativamente à registada no ano anterior. As colheitas de arroz e milho já se iniciaram, mantendo-se a estimativa de uma produtividade média igual à do ano anterior;

- No Algarve, o milho de sequeiro, já se encontra colhido com aumentos de produtividade de 2%. A colheita do milho de regadio iniciou-se na segunda quinzena de outubro, prevendo-se aumento de produtividade de 2% no Centro e 3% no Sotavento, comparativamente ao ano anterior. A colheita do arroz iniciou-se este mês e uma parte significativa já foi colhida, estimando-se um aumento da produtividade de cerca de 20%, comparativamente com o ano anterior.

XIV. Culturas arbóreas e arbustivas (vinha, pomares e olival) (2016/2017):

- No Norte, as necessidades de intensificação da rega nas culturas de regadio foram-se acentuando, originando um aumento nos custos de produção. Mesmo com a realização de um maior número de regas certas produções, como os kiwis, deverão apresentar frutos com um menor calibre em vários pomares. No entanto, as maiores preocupações centram-se em importantes culturas regionais, como o olival e os castanheiros, que são feitos essencialmente em sequeiro e que estão agora a concluir os seus ciclos de produção. No caso do olival, em várias plantações são evidentes os sinais de *stress* hídrico das plantas, onde para além da queda dos frutos, também já são visíveis folhas a secarem e caírem. As azeitonas que permanecem ainda nos ramos apresentam-se por vezes “mirradas”. O olival da região é esmagadoramente feito na condição de sequeiro, nomeadamente o de azeite, o que o deixa numa situação bastante fragilizada num ano como este. Depois da precipitação ocorrida no início da segunda quinzena do mês, foi possível constatar uma certa recuperação em alguns olivais, enquanto noutros não houve alteração significativa. No entanto, continuam a existir sérias dúvidas sobre o rendimento em azeite que poderá ser obtido. A apanha já se iniciou em algumas zonas. A castanha mais temporã já foi colhida, apresentou calibres reduzidos e miolo desidratado, com fraco poder de conservação e por vezes bichado. Estas características levaram a que os operadores económicos ofereçam preços pouco interessantes ou nem se interessem pelo produto. Ainda existem muitos ouriços que não abriram ou que não deixaram cair as castanhas. Portanto, sendo ainda provisórias, as estimativas apontam para uma diminuição na produção global, comparativamente ao ano anterior, que já não tinha sido favorável para esta cultura. Regista-se uma evolução negativa do mês de setembro para este. As vindimas, que foram bastante antecipadas, já estão concluídas, apresentando as uvas características que permitirão obter, genericamente, bons vinhos. No entanto, nem sempre a relação quantidade de mosto/quilograma de uvas, terá atingido os valores desejados.

As plantações novas exigem uma atenção especial, pois são mais suscetíveis de serem afetadas por baixos teores de humidade nos solos. Verificam-se situações em que as plantas secaram completamente. Alguns agricultores fazem o transporte de água em cisternas e tambores, de maneira a efetuar regas paliativas nas plantações novas, nem sempre resolvendo o problema;

- No Centro, o impacto mais relevante da seca prende-se com a produção futura nas vinhas novas – enquadradas ou não no VITIS – por não ter havido condições para o vingamento dos bacelos ou sucesso de

enxertias ou mesmo desenvolvimento vegetativo que estruture devidamente as novas plantações. O mesmo raciocínio poderá ser válido para novos pomares, em especial, castanheiros e oliveiras. Verifica-se um aumento generalizado da produção de vinho de cerca de 20% nas zonas do litoral. Nas zonas de transição, assiste-se a um aumento de 30% no Alto e Baixo Dão Lafões e 20% na Beira Serra e Pinhal Sul, manutenção no Alto Mondego e quebra de 10% no Pinhal, neste caso devido aos incêndios. Nas zonas do interior, verifica-se uma diminuição de 10% no Riba e Cimo Coa, 5% na Cova da Beira, e aumento na Campina e Campo Alcastrense.

No Olival, perspetiva-se um aumento generalizado de produção em todas as zonas de cerca 10%.

- Em Lisboa e Vale do Tejo, embora as prunóideas apresentassem bom desenvolvimento, a colheita foi problemática, pois as maturações ocorreram demasiado rápidas, com muita produção a perder-se por sobrematuração, mas em termos globais estima-se que a produção seja um pouco superior à do ano anterior. No que respeita às Pomóideas a colheita da pera Rocha, iniciada na segunda semana de agosto, está concluída, pois, devido às temperaturas elevadas registadas, a colheita foi feita em ritmo acelerado para garantir condições de conservação do fruto. Os calibres ficaram um pouco abaixo do esperado e os frutos apresentam pouca carepa. Apesar de a *stenfiliose* continuar a ser responsável por quebras acentuadas de produção, estima-se nesta campanha um acréscimo de produção, relativamente ao ano anterior de cerca de 20%. Nas macieiras a colheita ainda decorre, os pomares apresentam produções normais. Os calibres são bons e as colorações vermelhas e avermelhadas.

Nas vinhas de uva de mesa o tempo seco tem permitido que a colheita das variedades mais tardias se prolongue em boas condições, estimando-se uma produção global superior em cerca de 10% relativamente ao ano transato. Nas vinhas de uva para vinho, a vindima está concluída. A uva vinificada apresentava boa qualidade, pelo que se esperam vinhos de qualidade superior à do ano anterior, especialmente no caso dos tintos. Em termos de quantidade também se estima variação positiva relativamente ao ano anterior e as perspetivas de comercialização são boas.

Nos olivais, a apanha das variedades mais precoces iniciou-se na última semana de setembro. Desde então os lagares têm vindo a abrir gradualmente encontrando-se todos em plena laboração. Apesar de os olivais tradicionais de sequeiro apresentarem normalmente bastante menos azeitona que no ano anterior, estão a verificar-se boas fundas, pelo que apesar da quantidade de azeitona colhida ser em geral 15 a 20% inferior, relativamente à produção de azeite a quebra é bastante inferior. No entanto há a ressaltar que em regra nos olivais tradicionais os produtores iniciaram a colheita pelas zonas com melhor mostra de azeitona deixando para o final as árvores mais afetadas pela seca. Nos olivais mais intensivos mantem-se a perspetiva de uma campanha de produção média/alta estimando-se um aumento de produção da ordem dos 30% relativamente ao ano anterior. O azeite produzido é de muito boa qualidade;

- No Alentejo, as vinhas e olivais de sequeiro, quer pela ausência de precipitação ao longo do ciclo vegetativo quer pelas elevadas temperaturas registadas, passaram por situações de *stress* hídrico, o que previsivelmente irá causar quebras de produção. No que se refere à uva para vinho, constatou-se uma quebra de produção de 10% a 20%, maior nas castas tintas do que nas castas brancas e variável nas diferentes sub-regiões vitivinícolas, com uvas de boa qualidade e com um bom rendimento na transformação. Nesta cultura, para além da seca, terão também contribuído para as quebras de produção referidas a ocorrência de geadas

tardias em algumas zonas e as temperaturas, anormalmente elevadas, registadas na segunda quinzena de junho.

Quanto ao olival, esperava-se um bom ano, com produções superiores às registadas no ano anterior. Esta expectativa mantém-se nos olivais de regadio em que não houve restrições à rega. De qualquer modo, a antecipação do início da rega representa um acréscimo de custos associado a esta cultura, situação que se estende à vinha regada. Nos olivais de sequeiro, a ausência de precipitação durante todo o mês de outubro e as temperaturas elevadas registadas, afetou negativamente o conteúdo de gordura dos frutos e conduziu à sua queda precoce. A manter-se o cenário, poderemos perspetivar quebras de produção a variar entre 50% e 80%. No caso da azeitona de mesa, a situação é mais grave atendendo a que é exigido um determinado calibre do fruto, dificilmente atingido no presente ano, com consequências na valorização do produto e na rentabilidade económica da atividade.

- No Algarve, a ausência de precipitação significativa no período de abril até 17 de outubro (5,5 meses), impediu que os frutos atingissem, até ao momento, o calibre mais desejado no olival de sequeiro. Nalgumas variedades, foi iniciada, na 2.ª quinzena de setembro, a colheita de azeitona para britar e para conserva, como por exemplo na variedade Maçanilha. No entanto, devido aos calibres miúdos e à polpa menos abundante, uma parte relevante da azeitona que estava destinada a ser azeitona de mesa, irá ser laborada para obtenção de azeite. Os sintomas da falta de água nas árvores de sequeiro (azeitonas com a pele enrugada e ramos com folhas secas) leva-nos a constatar que, embora tenha ocorrido uma fraca precipitação, a mesma foi insuficiente para reverter a situação.

XV. Abeberamento do gado (2017/2018):

- No Norte a falta de água em poços e nascentes, tem dificultado o abeberamento dos animais, obrigando os agricultores e outras entidades (bombeiros e o poder local), a proceder ao transporte da mesma para junto dos efetivos pecuários, com aumento significativo nos custos;
- No Centro, a falta de água nos reservatórios tende a generalizar-se, obrigando muitos produtores a recorrer a cisternas para levar a água junto dos animais. As situações mais gravosas verificam-se no interior, onde a utilização da água da rede para abeberamento do efetivo começa a ser prática corrente;
- Em Lisboa e Vale do Tejo a falta de água estende-se a todos os ribeiros, poços, barragens, açudes e furos, estando a por em causa o abeberamento animal;
- No Alentejo, as reservas hídricas das explorações (charcas e barragens particulares), encontram-se, de uma forma geral, muito abaixo da sua capacidade ou esgotadas, não havendo possibilidade de reposição. A qualidade da água ainda existente, em muitos casos, é imprópria para abeberamento dos efetivos pecuários. Nestas explorações, os produtores recorrem ao transporte, por meios próprios, de água de explorações vizinhas ou de qualquer recurso hídrico público ou privado disponível próximo da sua exploração pecuária. Este quadro prolongado de escassez de água para abeberamento tem conduzido a um considerável acréscimo de custos nestas explorações, ao qual se associam dificuldades no manejo dos efetivos pecuários. O nível de preocupação dos produtores pecuários é crescente, dada a continuidade do cenário de elevadas

temperaturas e ausência total de precipitação, com a consequente descapitalização dos mesmos face aos custos extraordinários com alimentos adquiridos no exterior e com o abeberamento;

- No Algarve, em termos gerais, a água armazenada foi suficiente para suprir as necessidades de abeberamento dos efetivos animais. Excecionam-se as situações verificadas nos concelhos de Alcoutim e de Castro Marim, em que não houve reposição de água devido à fraca precipitação registada ao longo do ano agrícola. Nestes concelhos, alguns produtores tiveram necessidade de recorrer ao auxílio prestado pelas autarquias para obtenção de água fornecida em depósitos, bem como à rede pública, ainda que de forma não generalizada, ou ir buscá-la a lugares distantes da exploração agrícola, tendo neste caso os produtores acréscimos de custos relevantes no abeberamento dos animais.

XVI. Apicultura (2017/2018):

- No Norte, os apicultores que já se vinham a ressentir desde o ano anterior (inverno muito ameno e uma primavera demasiado chuvosa), viram agora agravada a sua situação face à fraca precipitação e às elevadas temperaturas registadas este ano. Os apicultores têm sido confrontados, em muitos casos, com quebras elevadas de produção, necessidade de alimentar artificialmente os enxames durante largos períodos e, por vezes, transportar água até junto dos apiários;
- No Centro, a atividade apícola tem sido fortemente afetada pela situação de seca. A produção de mel deverá registar uma quebra próxima dos 35%. Ao impacto da seca juntam-se os efeitos catastróficos resultantes dos incêndios florestais e ainda os estragos nos enxames provocados pela vespa asiática. Estes fatores, conjugados com as deficitárias condições de alimentação dos enxames na região centro impõem uma quebra significativa na produção de mel em valores acima dos 35%, aumento significativo dos encargos com a alimentação das colónias e uma anormal taxa de mortalidade de enxames. Algumas associações apícolas da região reportam a morte de várias dezenas de milhares de enxames. A Lousãmel, em particular, que congrega apicultores de 10 concelhos do Pinhal Litoral, Pinhal e Pinhal Sul, refere mesmo a perda de toda a área de produção do mel da Serra da Lousã DOP, com repercussões nos próximos anos. Salienta-se que a mortalidade de enxames reportada deverá produzir efeitos nocivos no processo de polinização na próxima campanha das culturas permanentes, dada a redução significativa do número de abelhas;
- No Alentejo, a “ausência de primavera”, provocou escassez de alimento disponível para as abelhas, e conduziu à necessidade dos apicultores recorrerem a suplementação com alimento artificial. A subida das temperaturas e a ausência de chuva na primavera provocou uma redução de atividade das abelhas, resultando numa quebra de produção entre 70-80%, na zona de planície (soagem), enquanto na zona de serra (rosmaninho) essa quebra se situa entre os 30 a 40%. A mortalidade dos enxames também registou acréscimos significativos. A qualidade do mel obtido é inferior, devido à redução ou não existência de flora apropriada para a produção de mel de qualidade, nomeadamente o rosmaninho.

No anexo III encontra-se um folheto informativo produzido pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária com orientações ao setor apícola para atuação em situação de carência de alimentação e de água para as abelhas.

10. Outras Informações

Neste capítulo do relatório de monitorização é incluída informação considerada relevante em função da situação de seca em presença, não enquadrável nos temas dos capítulos anteriores.

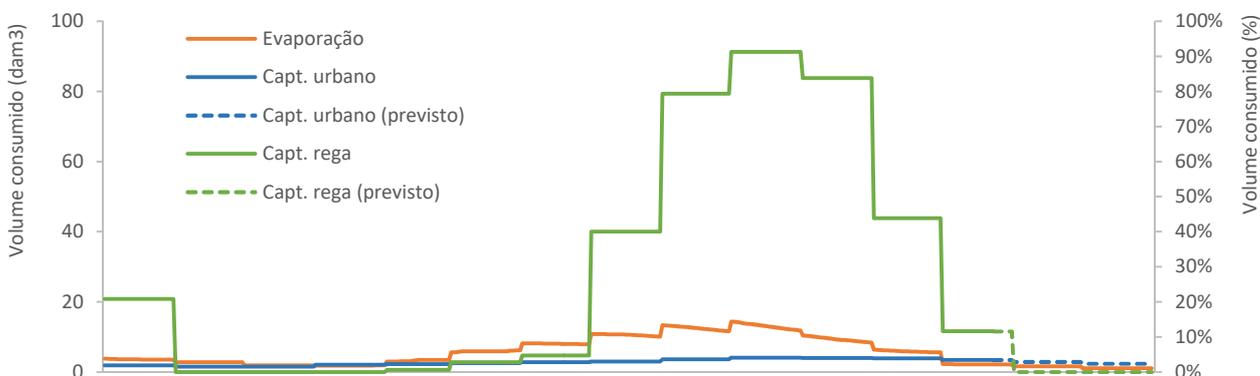
I. Disponibilidades hídricas

As disponibilidades hídricas armazenadas, tanto nas albufeiras como nas águas subterrâneas, no início do ano hidrológico 2017/2018 apresentavam valores inferiores à média, sendo que em algumas regiões apresentavam valores críticos próximos dos observados em 2004/2005.

Durante o mês de Outubro os valores de precipitação observados estiveram muito abaixo dos valores médios, não tendo havido praticamente recuperação dos níveis armazenados nas albufeiras nem nas águas subterrâneas. Aliás como os valores de temperatura continuaram superiores ao normal para a época do ano, houve um aumento dos valores da evaporação. Assim, e apesar da diminuição dos volumes captados para a rega verificou-se, com exceção da bacia do Douro, uma descida nos volumes armazenados nas albufeiras e um intensificar da situação crítica das águas subterrâneas.

A albufeira do Monte da Rocha, na Bacia do Sado e sem ligação ao Alqueva, apresenta volumes armazenados extremamente baixos, mas que permitem garantir o abastecimento público até ao final do presente ano hidrológico, bem como o abastecimento para os próximos dois anos, no total de 3 hm³.

Na zona do aproveitamento hidroagrícola do Alto Sado, abastecida pela albufeira do Monte da Rocha, estão a ser regados 200 ha de olival dependentes desta albufeira, localizados fora da zona abrangida pelo sistema de Alqueva. Para regar estes 200 ha, para abeberamento, para abastecimento público e industrial e para outras pequenas utilizações estão a ser captados na albufeira do Monte da Rocha 100 l/s, valores que se mantiveram durante grande parte do mês de outubro. Nesse sentido, e considerando que o volume morto é de 5 hm³, o volume útil disponível a 31 de outubro é de 3,59 hm³.



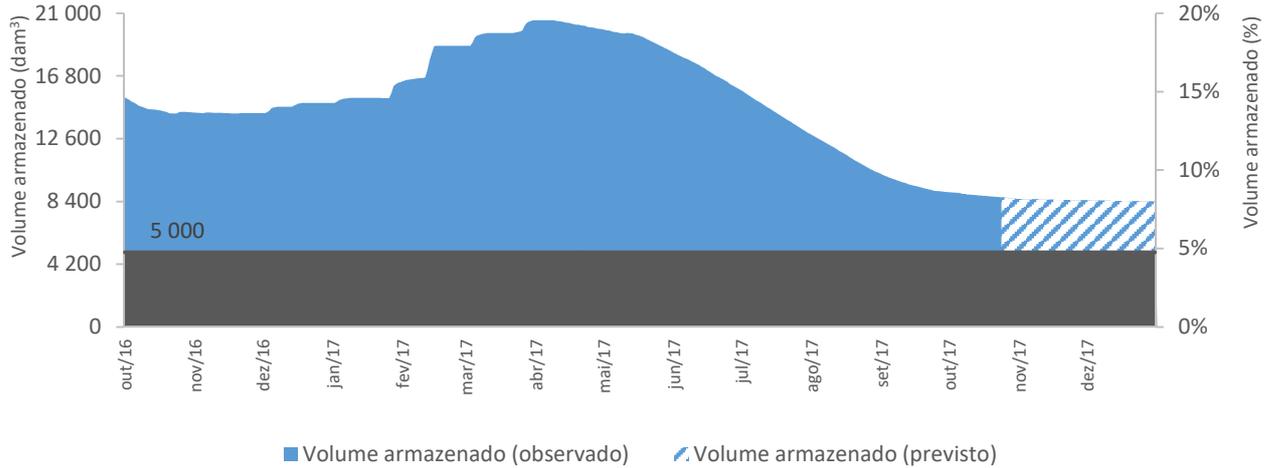


Figura 29 – Evolução prevista dos volumes armazenados na albufeira do Monte da Rocha considerando a estimativa dos consumos e evaporação até dezembro de 2017 (Cenário sem precipitação significativa até ao final do ano) (Fonte: APA)

Outra situação crítica e com dois usos associados é a albufeira da Vigia na Bacia do Sado. Também os níveis observados na albufeira da Vigia são extremamente críticos, conforme se pode observar na figura seguinte.

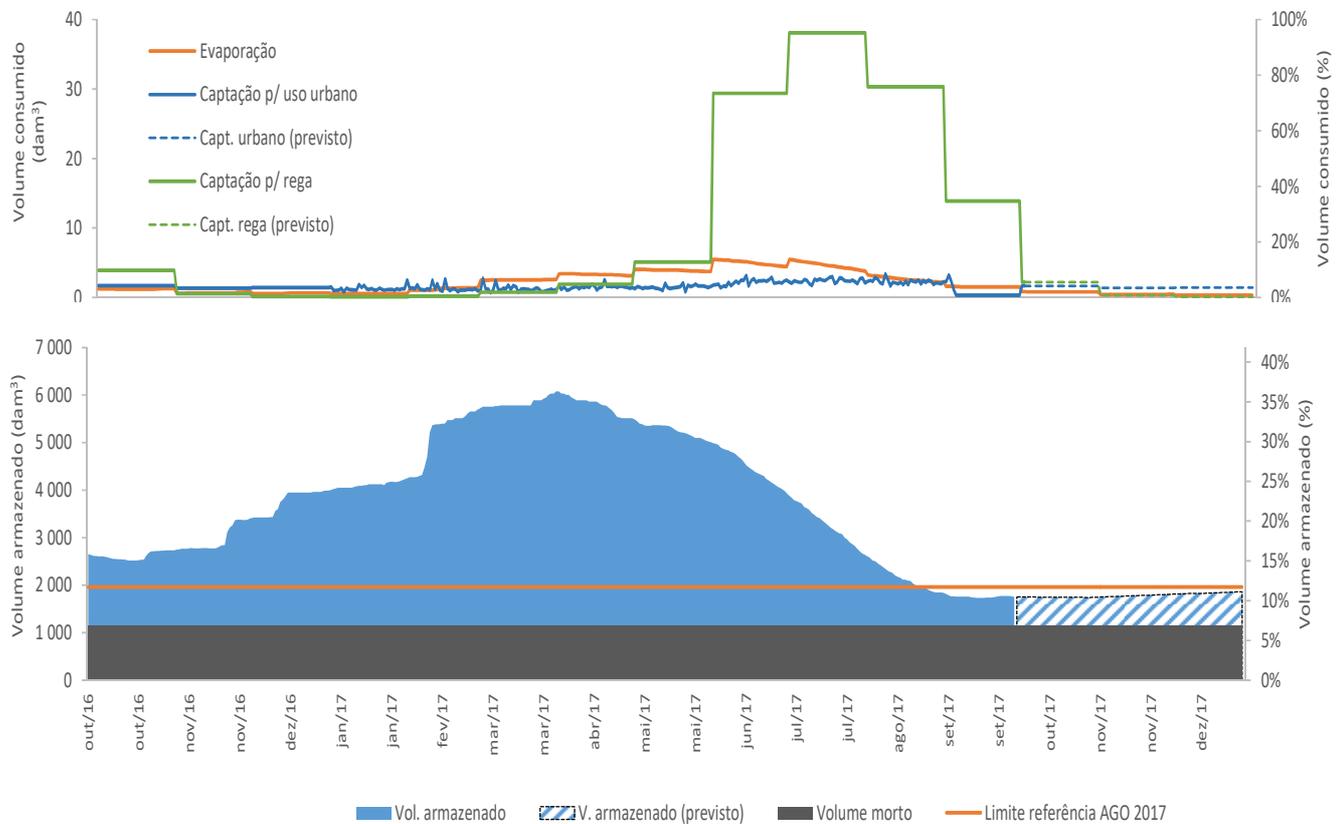


Figura 30 – Evolução prevista dos volumes armazenados na albufeira da Vigia considerando a estimativa dos consumos e evaporação até dezembro de 2017 (Cenário sem precipitação significativa até ao final do ano) (Fonte: APA)

A ligação da Vigia ao sistema Alqueva permitiu acomodar as duas utilizações mas foi necessário suspender por algum período e restringir a captação para rega.

Continuam a ser realizadas avaliações diárias dos volumes armazenados, verificando-se alguma subida desde 20 de outubro, devido às transferências do Alqueva e à diminuição dos consumos na rega, muito embora os valores continuem extremamente baixos, cerca de 1 757 000 m³, o que equivale a 611 000 m³ de volume útil, no dia 31 de outubro.

Na bacia do Mondego, a albufeira de Fagilde que abastece os concelhos de Viseu, Nelas, Mangualde e Penalva do Castelo, está numa situação extremamente crítica. Na sequência da reunião da subcomissão da Região Centro, no âmbito da Comissão de Gestão de Albufeiras, foram implementadas medidas que permitam continuar a garantir o abastecimento à população, nomeadamente a possibilidade de carga de camiões de água tratada nas ETA de Balsemão e Vilar, atendendo a que as reservas na albufeira estão num nível muito crítico e a que este continua a descer de forma significativa. A 30 de outubro o volume total armazenado era de 366 000 m³.

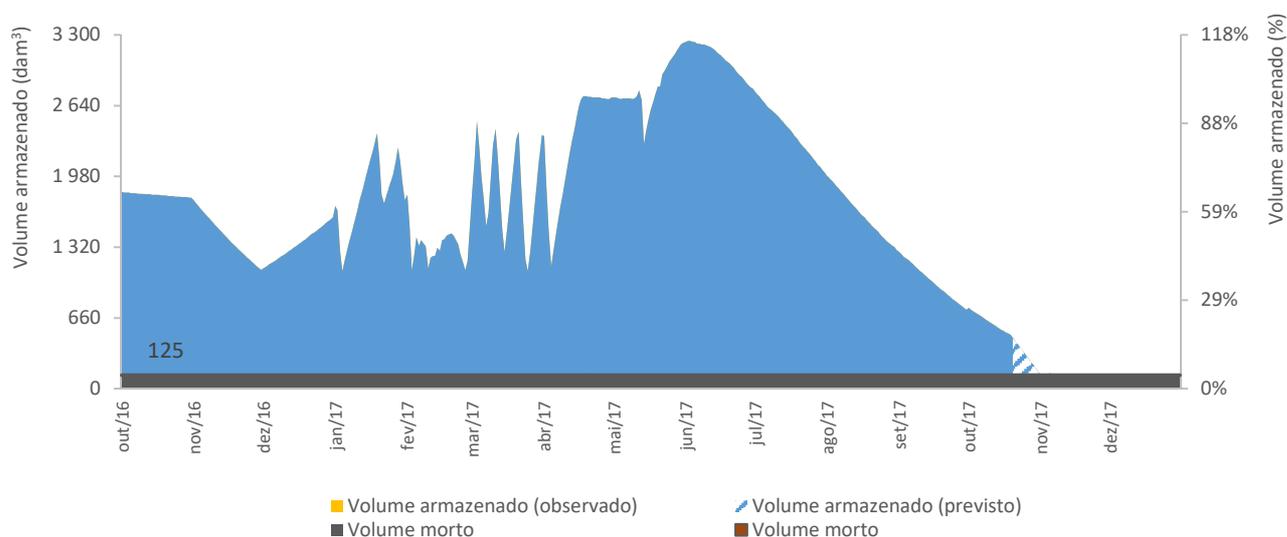


Figura 31 – Evolução prevista dos volumes armazenados na albufeira de Fagilde considerando a estimativa dos consumos e evaporação até dezembro de 2017 (Cenário sem precipitação significativa até ao final do ano) (Fonte: APA).

Entre 1 de junho a 30 de setembro de 2017 foram licenciadas 3 626 novas captações, conforme se ilustra na tabela seguinte.

Tabela 6 – Número de captações licenciadas, incluindo as que ainda se entram na fase de pesquisa (Fonte: APA).

Captações (n.º)	ARH N	ARH C	ARH T	ARH ALE	ARH ALG	Total
Subterrânea	1 519	633	862	314	139	3 467
Superficial	116	23	18	2		159
Total	1 635	656	880	316	139	3 626

Na figura seguinte ilustra-se a sua distribuição geográfica a nível nacional, destacando as situações de regularização de captações existentes de novas captações (assinaladas a vermelho nos mapas).

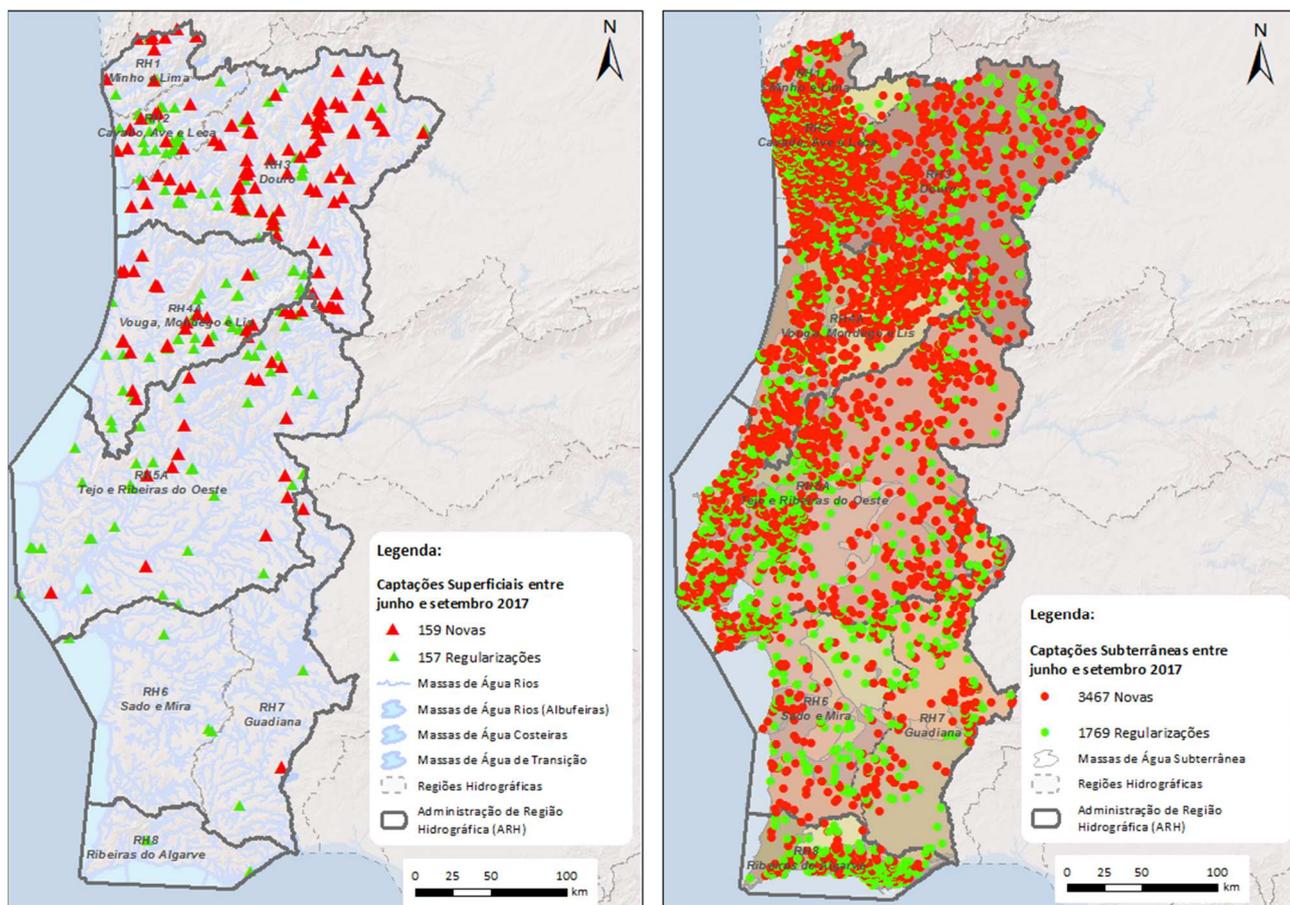


Figura 32 – Distribuição geográfica das captações superficiais e subterrâneas, com TURH-Título de Utilização dos Recursos Hídricos emitido entre 1 de junho a 30 de setembro de 2017, distinguindo-se as captações novas (a vermelho) das situações de regularização (a verde) Fonte: APA

Atendendo a que a situação da seca se mantém e com a diminuição dos volumes armazenados, tanto nas albufeiras como nas águas subterrâneas, o que obriga a incrementar medidas de racionalização e a uma gestão com maior parcimónia da água. Algumas das medidas definidas a 30 de outubro vão no sentido de limitar o licenciamento de novas captações ao estritamente necessário e, mesmo assim, após uma análise cuidada da sua sustentabilidade para não colocar em causa as existentes. Acresce que a campanha de sensibilização das populações e dos sectores assume um papel crucial para incrementar as boas práticas.

II. Medidas a implementar

Na primeira reunião (19 de julho de 2017) da Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca (CPPMAES), criada pela RCM nº 80/2017, foram aprovadas medidas de prevenção e regulação para a seca, visando minimizar os seus efeitos, bem como racionalizar o uso das disponibilidades hídricas existentes, que têm sido divulgadas nos relatórios anteriores.

Terminado o ano hidrológico 2016/17 e face à continuação de condições climatéricas adversas com implicações graves nas reservas hídricas, foi considerada oportuna a realização de nova reunião do Grupo de Trabalho que assessoria a CPPMAES (GT), a qual ocorreu no dia 23 de outubro, com a participação de todas as entidades que o constituem, as previstas pela RCM nº 80/2017 para situações de prevenção e monitorização e também as reservadas para situações de contingência. Foram ainda convidadas para a reunião cinco entidades atendendo às competências que detêm e em função dos temas em discussão – EDP, AdP, CAP, CONFAGRI e CNA.

A reunião, coordenada pelo GPP, em cocoordenação com a APA, abrangeu a avaliação do ano hidrológico 2016/17, perspetivas para o novo período, preparação de atuação futura e elaboração de recomendações a efetuar à CPPMAES.

As conclusões e recomendações para atuação, propostas pelo GT face à situação atual, foram submetidas ao Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e ao Ministro do Ambiente, responsáveis pela coordenação da CPPMAES, que reuniu a 30 de outubro, tendo assumido o conjunto de medidas de prevenção e contingência, incluindo medidas de regulação, a curto, médio e longo prazos, e medidas de mitigação dos efeitos da seca e de apoio aos setores afetados.

Destaca-se a necessidade de algumas intervenções imediatas, como a gestão criteriosa dos recursos hídricos e ações de sensibilização que conduzam à utilização adequada do recurso água.

Foram igualmente previstas atuações de fundo que visam equacionar, a médio e longo prazos, designadamente o aumento de armazenamento de água e a sua reutilização.

As medidas aprovadas são as que se seguem:

Medidas de Prevenção e Contingência, incluindo medidas de regulação, a curto prazo

1. Continuar a equacionar, até que haja reposição natural dos níveis de armazenamento nas albufeiras ou águas subterrâneas, a necessidade de implementar medidas temporárias de contingência na utilização dos recursos hídricos.
2. Continuar a acompanhar diariamente os níveis nas albufeiras identificadas como críticas e semanalmente nas albufeiras identificadas sob vigilância, promovendo reuniões das Subcomissões, no âmbito da Comissão de Gestão de Albufeiras, sempre que seja necessário e implementando as medidas de contingência que se revelem necessárias para garantir o uso racional da água disponível e garantir os usos prioritários.
3. Avaliar a possibilidade de incrementar a monitorização ao nível de barragens agrícolas de interesse coletivo local.

4. Continuar a licenciar novas captações subterrâneas de águas particulares apenas por autorização, nos termos previstos do n.º 4 do artigo 62.º da Lei da Água, devendo ainda aferir-se as disponibilidades existentes e a sustentabilidade de novas captações, atendendo aos níveis críticos em que se encontram as águas subterrâneas.
5. Não licenciar novas captações próprias em perímetros urbanos ou servidos pela rede pública de abastecimento, nem nas áreas abrangidas pelos aproveitamentos hidroagrícolas públicos, exceto se for declarado pelas associações de regantes a impossibilidade de satisfação de mais pedidos.
6. Continuar o esforço de fiscalização de captações ilegais em albufeiras com usos principais e da execução ilegal de captações de água subterrânea, nomeadamente em aquíferos mais vulneráveis em termos quantitativos e qualitativos, em particular nas zonas críticas e de vigilância identificadas.
7. Continuar a garantir que o abeberamento de animais através das albufeiras de águas públicas não é realizado diretamente na margem da albufeira, mas sim em pontos de água próximos ou através de cisternas.
8. Promover formas de utilização racional ao nível dos sectores do comércio e do turismo.
9. Continuar a implementar medidas de redução dos consumos urbanos, em todo o país, tais como:
 - a. Diminuir a rega dos jardins e hortas e respetiva prática em horários apropriados;
 - b. Restringir nas zonas críticas, o enchimento de piscinas individuais, lavagem de viaturas e logradouros;
 - c. Diminuir para rega de sobrevivência nas zonas verdes e em horários apropriados;
 - d. Encerrar fontes decorativas, quando não funcionem em circuito fechado.
10. Na atribuição de fundos comunitários a investimentos relacionados com a utilização da água, assegurar a utilização eficiente deste recurso pelos diversos setores de atividade, tendo presente a necessidade de reduzir perdas de água, nomeadamente, ao nível dos sistemas de distribuição.
11. Promover uma campanha de sensibilização para a necessidade do uso racional da água destinada à população em geral, a agentes económicos e entidades públicas, elaborada no seio do Grupo de Trabalho, com divulgação abrangente, incluindo os sítios da internet das entidades do grupo de trabalho e a utilização de meios de comunicação social, sem prejuízo da continuidade de outras ações de sensibilização.
12. Promover, conjuntamente com os organismos do Ambiente e Agricultura, a EDIA e os utilizadores, o planeamento das transferências do Alqueva para as albufeiras das bacias do Sado e Guadiana no ano hidrológico 2017/2018, de forma a tornar mais sustentável, económica e tecnicamente, estas transferências.
13. No âmbito da Comissão de Gestão de Albufeiras avaliar as necessidades de rega das culturas perenes (sobrevivência) no imediato, bem como promover o planeamento e acompanhamento das disponibilidades de água para o ano agrícola e hidrológico em curso, atendendo às disponibilidades existentes e aos cenários de previsão.

14. Promover, em articulação com as Câmaras Municipais e entidades gestoras dos sistemas de abastecimento, a implementação de medidas nas áreas ardidadas que minimizem os efeitos na qualidade da água.
15. Reforçar a desinfecção dos depósitos públicos e particulares e os autotanques usados no abastecimento de água.
16. Ter disponíveis sistemas expeditos de desinfecção da água, para a desinfecção de novas origens que se coloquem em funcionamento, devendo realizar-se uma análise química sumária para avaliar a qualidade da água.

Medidas de Prevenção e Contingência, incluindo medidas de Regulação, a médio e longo prazo

17. Avaliar a possibilidade de promover a interligação de grandes barragens de maior capacidade hídrica e com albufeiras de maior capacidade de regularização, com as barragens e albufeiras de dimensão pequena a moderada e comprovadamente mais suscetíveis a períodos de seca prolongada, tendo em vista a densificação de pontos de água no território nacional e evitando-se a sobre-exploração dos aquíferos. A título de exemplo, a ligação do Alqueva ao Monte da Rocha e o aumento dos caudais afluentes do Alqueva à Vigia.
18. Avaliar a possibilidade de promover o aumento do armazenamento das barragens, complementando a necessidade de correção e melhoria de situações de índole estrutural e /ou hidráulico no âmbito do cumprimento do Regulamento de Segurança de Barragens, por pequenos alteamentos do nível de pleno armazenamento (NPA), com evidente vantagem técnico-económica. A subida do NPA possibilita o aumento da capacidade de armazenamento e portanto do efeito regularizador destas obras que são a única origem de água para grandes regadios e aproveitamentos hidráulicos de fins múltiplos. Desta forma contribui-se para uma maior resiliência e uma melhor resposta dos aproveitamentos hidráulicos e, designadamente, do regadio associado, às novas condicionantes climáticas. A título exemplificativo ilustra-se a Barragem do Lucefecit.
19. Avaliar as necessidades e possibilidade de construção de novas barragens - de dimensão criteriosa e moderada, mas necessariamente com capacidade de regularização interanual-, para incrementar as disponibilidades hídricas, aumentar a resiliência em situações adversas e, assim, contribuir para o ordenamento e desenvolvimento territorial e combate à desertificação física e humana.
20. Rever, atualizando, o Programa Nacional de Utilização Eficiente da Água (PNUEA).
21. Promover a reutilização da água residual de origem urbana tratada, criando guias de utilização, bem como avaliando as possíveis utilizações atendendo às localizações das ETAR e dos locais onde pode ser reutilizada essa água.
22. Definir um Plano de Contingência, avaliando por Região Hidrográfica as disponibilidades hídricas versus as necessidades e as possíveis sinergias entre os diferentes sistemas de armazenamento de água, bem como a articulação a promover entre as diferentes utilizações nos sistemas identificados como mais críticos, e mapear as fontes alternativas de abastecimento de água em caso de emergência, tendo em conta uma avaliação de risco prévia.

Medidas de Mitigação e Apoio

23. Monitorizar as medidas de apoio aos agricultores tomadas no decurso de 2017 e continuar a acompanhar e avaliar medidas propostas pelos representantes do setor agrícola nomeadamente no quadro da Comissão Seca 2017.
24. Continuar a apoiar os agricultores na identificação de soluções eficientes para o abeberamento de animais, nomeadamente em pontos de água próximos ou através de cisternas, evitando o disseminar de novas captações.
25. Continuar a apoiar os agricultores no sentido de assegurar a alimentação animal, tendo presente a inexistência de disponibilidades ao nível dos prados, pastagens permanentes e forragens, e a necessidade crescente de recurso a alimentos compostos, em resultado do ano passado desfavorável e das condições meteorológicas e hidrológicas que se atravessam.
26. Divulgação junto dos setores de abastecimento público, agricultura e indústria do guia para a definição de planos de contingência e avaliação da pertinência de ser uma obrigatoriedade legal a existência destes planos de contingência ao nível municipal ou mesmo intermunicipal.

Medidas ao nível da atuação no seio do Grupo de Trabalho

O GT aprovou, ainda, duas outras medidas relacionadas com a atividade do Grupo, que conseqüentemente não foram avaliadas pela Comissão e que são as seguintes:

27. Avaliar a pertinência de introdução de ajustamentos no Plano de Prevenção, Monitorização e Contingências para situações de seca a novas realidades que se verificam fruto das alterações climáticas, incluindo a implementação de novo índice Agrometeorológico pelo IPMA, complementar aos índices PDSI e SPI atualmente em monitorização. Este índice deve incidir sobre o estado da vegetação de forma a se obter a componente agrometeorológica na monitorização da seca agrícola.
28. Definir metodologias de avaliação dos custos associados a situações de seca nos diferentes setores e no ambiente.

Medidas de mitigação e apoio no setor agrícola

A Comissão de Acompanhamento da Seca 2017, criada pelo Despacho MAFDR n.º 6097/2017, de 22/06 no Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, tem como missão identificar os problemas, acompanhar a evolução da atual situação de seca em Portugal Continental, na sua dimensão agrícola, e a execução de medidas tendentes à minimização dos seus impactos negativos. Pressupõe o envolvimento das estruturas representativas dos setores agrícola e agroalimentar.

Neste contexto, verificou-se a evolução da implementação das medidas para mitigação dos efeitos da seca, a nível nacional e comunitário, **destacando-se a disponibilização da Linha de crédito garantida para minimização dos efeitos da seca 2017 — Alimentação Animal, pela Portaria n.º 330-A/2017, de 31 de outubro, apresentando-se a seguir o ponto de situação global no qual, no final, se inserem as medidas mais recentemente adotadas.** É de realçar que os maiores prejuízos tiveram particular incidência nos problemas relacionados com o abeberamento e a alimentação dos efetivos pecuários.

Medidas para Mitigação dos Efeitos da Seca 2017 no Setor Agrícola

Medidas
<p>I - Antecipação de pagamento de ajudas – referentes ao Pedido Único 2017: Adiantamento até 70% dos regimes de pagamentos diretos listados no Anexo I do Regulamento (EU) n.º 1307/2013, nomeadamente, regime de pagamento base, pagamento redistributivo, pagamento para os jovens agricultores, pagamentos ligados e pequena agricultura</p> <p>O MAFDR ativou o pedido de autorização para a antecipação de pagamentos, começando por o GPP remeter, em 26/06, Carta e documento do IPMA à CE, invocando seca, temperaturas elevadas, ondas de calor, quebras de áreas e de produtividade em culturas agrícolas. Posteriormente, no Conselho Europeu de Ministros Agricultura de 17 e 18 de julho foi analisado o ponto de situação de seca em Portugal e Espanha.</p> <p>Foi aprovada Decisão de Execução C (2017) 5905 final, da Comissão, de 31 de agosto, a autorizar Bélgica, República Checa, Espanha, Itália, Letónia, Hungria, Polónia, Portugal e Finlândia a derrogar, relativamente ao exercício de 2017, o artigo 75º, n.º 1, terceiro parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1306/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que se refere ao nível dos adiantamentos dos pagamentos diretos e das medidas de desenvolvimento rural relacionadas com as superfícies e com os animais.</p> <p><u>O IFAP assegurou a operacionalização dos controlos regulamentares e o calendário de pagamentos, em anexo, expressando este último o adiantamento efetuado a 30 de outubro de 70% para os regimes de pagamentos diretos assinalados.</u></p>
<p>II - Antecipação de pagamento de ajudas: Adiantamento do pagamento das Medidas Agroambientais e Medidas de Apoio às Regiões Desfavorecidas para efeitos do Pedido Único de 2017</p> <p>Os procedimentos assumidos estão descritos na medida anterior.</p> <p><u>A decisão nacional relativa a regimes de ajudas “superfícies” do Desenvolvimento Rural foi do adiantamento de 75%.</u></p> <p><u>O IFAP assegurou a operacionalização dos controlos regulamentares e o calendário de pagamentos, em anexo, expressando este último o adiantamento efetuado a 30 de outubro de 70% para os regimes de ajudas “superfície” do desenvolvimento rural assinalados.</u></p>
<p>III - Greening: cumprimento da prática de diversificação de culturas para efeitos do Pedido Único de 2017</p> <p>No âmbito do cumprimento da prática de diversificação de culturas, n.º 1 do artigo 21º da Portaria n.º 57/2015, considera-se que para este efeito devem ser aceites, entre 1 de maio e 31 de julho, áreas semeadas pelo agricultor em que a germinação foi insuficiente por razões que se prenderam com o défice hídrico, comprometendo a presença de vestígios das culturas nas parcelas, exigidos pela referida Portaria.</p> <p>Por decisão do Sr. Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural essas circunstâncias deverão ser atendidas em sede de controlo <i>in loco</i>, devendo para o efeito os agricultores nessa situação comunicar o facto, por</p>

Medidas

escrito, à autoridade competente, no prazo de 15 dias úteis, apresentando documentos de prova para que não sejam penalizados.

Nota: 15 dias úteis após o final do período de controlo (31/07) não houve comunicações escritas por parte dos agricultores a informar a não ocorrência da germinação das sementes por falta de água.

IV - Greening: pastoreio nas áreas de pousio no período de 1 de fevereiro a 31 de julho, para efeitos do Pedido Único de 2017

A importância de assegurar a alimentação animal em época de seca justifica que se permita o pastoreio nas áreas de pousio no período de 1 de fevereiro a 31 de julho. Esta possibilidade deve ser assegurada quer para efeitos da prática da diversificação de culturas, quer para efeito de contabilização como Superfícies de Interesse Ecológico. Assim, mesmo sendo pastoreado, o pousio deve ser contabilizado como uma cultura e não englobado na área forrageira.

GPP remeteu, em 26/06, Carta e documento do IPMA à CE, invocando seca, temperaturas elevadas, ondas de calor, quebras de áreas e de produtividade em culturas agrícolas e manutenção de grave crise no leite no caso da RA dos Açores. Foi solicitada autorização para aplicar uma derrogação que permita que os agricultores possam excecionalmente utilizar para pastoreio as parcelas de pousio declaradas no Pedido Único de 2017, para efeitos do cumprimento das práticas benéficas para o clima e ambiente, relativas à diversificação de culturas e de superfície de interesse ecológico, previstas nos artigos 44º e 46º do Regulamento (UE) n.º 1307/2013, no período de restrição previsto na legislação nacional, período esse que vigora entre 1 de fevereiro e 31 de julho.

A Comissão Europeia concretizou a necessária derrogação a aplicar a áreas formalmente reconhecidas como afetadas pela seca, onde existam efetivos pecuários. A Decisão de Execução da Comissão C(2017) 5807, de 28 de agosto, autoriza derrogações ao Regulamento (UE) n.º 1307/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho e ao Regulamento Delegado (UE) n.º 639/2014 da Comissão no que diz respeito à aplicação de determinadas condições relativas ao pagamento por ecologização, referente aos exercícios de 2016 e 2017, na Bélgica, em Espanha, em França, em Itália, no Luxemburgo, na Áustria e em **Portugal**.

Nota: A definição dos elementos a incluir na notificação da decisão do país a fazer à Comissão Europeia, como a data em que a assumiu, o nível de aplicação para cada obrigação derrogada, as áreas afetadas pela seca e o cálculo ou a estimativa da área de que beneficiará cada derrogação, incluindo os respetivos métodos aplicados foi efetuada em estreita colaboração entre o GPP e o IFAP, tendo o GPP notificado os serviços da DG AGRI da Comissão Europeia no dia 28/09/2017.

V - Flexibilização das regras das Medidas Agro e Silvo-Ambientais: Ações 7.1 «Agricultura Biológica», 7.2 «Produção Integrada», 7.4 «Conservação do solo» e 7.5 «Uso eficiente da água» - incumprimento de área mínima das culturas de primavera/verão exigida nos critérios de elegibilidade ou germinação e desenvolvimento das mesmas significativamente afetado

A legislação das ações em causa prevê que, em caso de força maior ou circunstância excecional, se os agricultores se virem impossibilitados de realizar a sementeira de qualquer cultura de primavera/verão, pondo eventualmente em causa a manutenção do compromisso de cumprimento de área mínima exigida nos critérios de elegibilidade de cada uma das Ações, ou, tendo procedido à sementeira, a germinação e o desenvolvimento da cultura foi significativamente afetado (neste ano por indisponibilidade de água), possam comunicar a situação ao IFAP, no prazo de 15 dias úteis, por escrito e apresentando documentos de prova, de modo a não serem penalizados em sede de controlo de campo.

Os pedidos deferidos conduzem à situação em que o beneficiário não recebe o pagamento relativo ao ano mas não é penalizado por quebra de compromisso ou em que o grupo de pagamento é ajustado sem sanções nem penalizações (os agricultores que declararam culturas semeadas ou regadas e que, por falta de água, não

Medidas

conseguiram fazer a sementeira ou a rega, devem fazer a alteração da ocupação cultural e/ou regime de rega, para pousio/forageira temporária ou para sequeiro, sendo o grupo de pagamento ajustado à alteração comunicada).

VI - Flexibilização das regras das Medidas Agro e Silvo-Ambientais: Ações 7.1 «Agricultura Biológica» e 7.2 «Produção Integrada» - utilização de alimentos convencionais na alimentação de animais biológicos e suspensão

«Agricultura Biológica» - A Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) emitiu Nota com procedimentos para o operador, ou quem o represente, dirigisse um requerimento ao Diretor da DGADR, indicando que pretendia solicitar autorização para utilização de alimentos convencionais na alimentação de animais biológicos, ao abrigo da alínea c) do artigo 47º do Reg. (CE) n.º 889/2008 da Comissão. Perante uma situação declarada de seca ou de ocorrência de incêndios, conforme disposto no n.º 1 e na alínea f) do n.º 2 do artigo 22º do Reg. (CE) n.º 834/2007 do Conselho de 28 de Junho (derrogação das regras de produção em Produção Biológica) podem ser previstas medidas temporárias de isenção às regras de produção para permitir a continuação da produção biológica.

«Produção Integrada» - Despacho Conjunto nº1/2017 da DGADR e da DGAV, de 25 de julho, decidindo que, face à atual situação de seca em Portugal Continental, fica temporariamente suspensa a aplicação da percentagem mínima anual de alimentos certificados em produção integrada (em matéria seca) a utilizar em Produção Integrada Animal e a percentagem mínima da alimentação (em matéria seca) que, numa base anual, teria de ser proveniente da própria unidade de produção, condições que se encontram previstas nas alíneas v) e vi) do ponto 5.3 das Normas de Produção Integrada Animal.

VII - Condicionalidade - Exceção ao cumprimento da Norma BCAA 4 - «Cobertura da Parcela» para efeitos do Pedido Único de 2017

No âmbito da condicionalidade, regulada, a nível nacional, pelo despacho normativo n.º 6/2015, de 20 de fevereiro, alterado pelos Despachos Normativos n.ºs 16/2015, de 25 agosto, 1-B/2016, de 11 fevereiro, 4/2016, de 9 maio, e 15-B/2016, de 29 dezembro, a norma das boas condições agrícolas e ambientais das terras (BCAA) 4, «Cobertura mínima dos solos», estabelece, no n.º 1, que as parcelas de superfície agrícola devem apresentar uma vegetação de cobertura instalada ou espontânea no período entre 15 de novembro e 1 de março.

No n.º 2 do referido preceito preveem -se, contudo, diversas situações em que se exceciona a aplicação da norma «Cobertura da parcela» do n.º 1, designadamente as relativas a parcelas sujeitas a trabalhos de preparação do solo para instalação de culturas.

Colocou-se a necessidade de os agricultores que tivessem efetuado a mobilização do solo para preparação das culturas de primavera/verão no período compreendido entre 15 de novembro e 1 de março e não tivessem conseguido proceder à respetiva instalação devido à ausência de precipitação atmosférica, ficarem acautelados de prejuízos na atribuição de ajudas pela aplicação de sanções administrativas, por motivos que não lhes eram imputáveis.

O Despacho Normativo n.º12/2017, de 12 de setembro, do Senhor MAFDR, estabelece um regime excecional de aplicação, em 2017, da norma das boas condições agrícolas e ambientais das terras (BCAA 4), prevista no Despacho Normativo n.º 6/2015, de 20 de fevereiro, alterado pelos Despachos Normativos n.ºs 16/2015, de 25 agosto, 1-B/2016, de 11 fevereiro, 4/2016, de 9 maio, e 15-B/2016, de 29 dezembro. Assim, a título excecional, no ano de 2017, consideram -se abrangidas pela alínea c) do n.º 2 da BCAA 4, «Cobertura mínima dos solos», constante do anexo III do Despacho Normativo n.º 6/2015, de 20 de fevereiro, alterado pelos Despachos Normativos n.ºs 16/2015, de 25 agosto, 1-B/2016, de 11 fevereiro, 4/2016, de 9 maio, e 15-B/2016, de 29 dezembro, as parcelas sujeitas a trabalhos de preparação do solo em que a instalação de culturas não tenha sido possível devido a uma situação de seca.

Medidas

VIII - Programa de Desenvolvimento Rural 2014- 2020 (PDR 2020) - Operação 3.2.2 - «Pequenos Investimentos na Exploração Agrícola»

Através do Despacho do Senhor Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural n.º 6399/2017 é reconhecida a existência “de uma situação de seca severa (agrometeorológica) no território continental, desde o dia 30 de junho de 2017, que consubstancia um fenómeno climático adverso, com repercussões negativas na atividade agrícola”.

A Portaria n.º 213 – A/2017, de 19/07 (MAFDR), alterou a Portaria n.º 107/2015, de 13 de abril (MAM) que estabelece o regime de aplicação da operação 3.2.2, elevando o custo total elegível dos projetos de investimento de um valor inferior ou igual a 25 mil euros para 40 000 euros e adotando também como critério de elegibilidade a catástrofe natural.

A primeira abertura de apresentação de candidaturas para a Operação 3.2.2 ocorreu a 31 de julho, para o período de 31/07 a 29/09/2017, sendo as despesas elegíveis as inerentes a investimentos específicos em captação, distribuição e armazenamento de água, e a área geográfica elegível a dos distritos de Beja, Évora e Portalegre, que apresentavam todos os concelhos em seca severa ou extrema. O objetivo é a mitigação dos efeitos da seca severa e extrema enquanto fenómeno climático adverso, através do apoio a investimentos específicos nas explorações agrícolas em que a escassez de água comprometa o maneio do efetivo pecuário, em particular o seu abeberamento. A dotação orçamental para este Anúncio é de 2 milhões de euros.

Abriu novo período de candidaturas para a Operação 3.2.2, de natureza idêntica, de 14/08 a 16/10/2017, para os distritos de Castelo Branco, Guarda e Bragança, e para os concelhos de Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém, no distrito de Setúbal. A dotação orçamental para este Anúncio é de 1 milhão de euros.

Encontra-se a decorrer de 20/07 a 17/11/2017 novo período de candidaturas para os concelhos de Coruche e Chamusca, do distrito de Santarém, e Castro Marim, do distrito de Faro. A dotação orçamental para este Anúncio é de 300 mil euros.

IX – Reconhecimento de Organizações de Produtores (OP) sem mínimo de Valor de Produção Comercializada (VPC)

A Portaria n.º 169/2015 prevê uma exceção no reconhecimento de OP que não tenham conseguido atingir os mínimos do VPC por terem sido afetadas por fenómenos climáticos adversos, como a seca.

Para o efeito as OP têm que solicitar às Direções Regionais de Agricultura e Pescas a exceção, demonstrando a perda de rendimento devido à seca.

X – Orientações ao setor apícola para atuação em situação de carência alimentar

A Direção-Geral de Alimentação e Veterinária formulou um conjunto de orientações, que os serviços regionais divulgaram junto das associações de apicultores, relativas a promover a transumância para zonas vizinhas com recursos florísticos, na sua impossibilidade a preparação de alimentos artificiais, e a colocação de bebedouros face à carência de alimentação e de água para as abelhas em consequência da seca, tendo para o efeito concebido um folheto, em anexo.

XI – «Linha de crédito garantida para minimização dos efeitos da seca 2017 — Alimentação Animal»

Legislação: Portaria n.º 330-A/2017, de 31 de outubro, Ministérios das Finanças e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Linha de crédito garantida destinada a apoiar necessidades de tesouraria, dirigida aos operadores de produção animal, que exerçam as atividades de bovinicultura, caprinicultura, ovinicultura, equinicultura, asininocultura, suinicultura em regime extensivo e apicultura, com vista a compensar o aumento dos custos de produção resultantes

Medidas

da seca, nomeadamente os custos relativos à alimentação animal devido à escassez de pastagens e forragens e de algumas espécies vegetais.

Montante global do crédito - 5 milhões de euros

Montante Individual do Crédito: €180, por fêmea das espécies bovina, equina e asinina, como idade superior a 24 meses; € 40, por fêmea das espécies ovina e caprina, com idade superior a 12 meses; €120, por fêmea reprodutora da espécie suína, em regime extensivo; € 5 por colmeia.

Auxílio de Estado, concedido de acordo com as condições previstas no Regulamento (UE) n.º 1408/2013, da Comissão, de 18 de dezembro de 2013, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios de minimis. O montante máximo de crédito garantido, por beneficiário, não poderá ultrapassar 15 000 euros (quinze mil euros), expressos em equivalente subvenção bruto.

XII - Greening: regime de certificação ambiental para efeitos do Pedido Único de 2017

No âmbito do regime de certificação ambiental relativo ao Pedido Único de 2017, caso o produtor de milho não consiga cumprir a obrigação de efetuar a sementeira da cultura de cobertura até dia 31 de outubro, deve comunicar por escrito ao IFAP e ao Organismo de Certificação, até dia 22 de novembro de 2017, essa impossibilidade de efetuar a sementeira dentro do prazo estipulado, alegando uma situação de força maior e circunstâncias excecionais. Neste sentido é utilizado um procedimento ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento (UE) n.º 1306/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho.

CALENDÁRIO DE PAGAMENTOS EFETUADOS DAS AJUDAS DO PEDIDO ÚNICO - IFAP (OUTUBRO)

CONTINENTE — Campanha 2017

PAGAMENTOS DIRETOS	Pagamento
RPB - Regime de Pagamento Base - Adiantamento 70% ⁽¹⁾	30/out/17
PJA - Pagamento para os Jovens Agricultores - Adiantamento 70% ⁽¹⁾	30/out/17
RPA - Regime de Pequena Agricultura - Adiantamento 70% ⁽¹⁾	30/out/17
Pagamento Específico por Superfície ao Arroz - Adiantamento 70% ⁽¹⁾	30/out/17
Pagamento Específico por Superfície ao Tomate - Adiantamento 70% ⁽¹⁾	30/out/17
Prémio por Ovelha e Cabra - Adiantamento 70% ⁽¹⁾	30/out/17
Prémio por Vaca Leiteira - Adiantamento 70% ⁽¹⁾	30/out/17
Prémio por Vaca em Aleitamento - Adiantamento 70% ⁽¹⁾	30/out/17
DESENVOLVIMENTO RURAL	Pagamento
M 9 - Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas - Adiantamento 75%.	30/out/17
M 7.1 - Agricultura Biológica - Adiantamento 75%.	30/out/17
M 7.2 - Produção Integrada - Adiantamento 75%	30/out/17
M 7.4 - Conservação do Solo - Adiantamento 75%	30/out/17
M 7.6 - Culturas Tradicionais Permanentes - Adiantamento 75%	30/out/17
M 9 - Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas - Adiantamento 75%.	30/out/17
M 7.1 - Agricultura Biológica - Adiantamento 75%.	30/out/17
M 7.2 - Produção Integrada - Adiantamento 75%	30/out/17

Fonte: IFAP

ANEXOS

Anexo I - Variação da Área Cultivada em relação à campanha anterior - consolidação das previsões de

Culturas	NORTE	CENTRO	LVT	ALENTEJO	ALGARVE
Culturas forrageiras					+2 a +5
Milho		-20 a +10		-17 a 0	
Sorgo		-40 a 0		-50 a -5	
Prados temporários		0			
Pastagens permanentes					
Cereais outono/inverno:					
Trigo mole	-20 a 0	-20 a +5	-20 a +50	-20 a 0	0 a +2
Trigo duro				-20 a 0	
Triticale				-25 a 0	
Aveia			-20 a +20	-6 a +20	0 a +2
Centeio	-20 a 0	-20 a +5		0	
Cevada			-10 a 0	-20 a 0	0 a +2
Cereais primavera/verão:					
Milho de sequeiro	-36 a 0	-50 a 0			-30
Milho de regadio	-10 a +10	-25 a 0	-30 a +10	-50 a 0	0 a +3
Arroz		0	0	-30 a +0	0
Girassol		0	0 a +20	-20 a 0	
Leguminosas Secas					
Feijão	-15 a +5		0 a +30		0
Batata:					
Batata de regadio		0 a +50	0 a +30	-34 a 0	0 a +3
Hortícolas ao ar livre					
Melão			-30 a 0	-20 a 9	0 a +3
Tomate para indústria			-3 a +20	-25 a 0	0

áreas em 2016/17 (%)

Fonte: Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)

Nota: n.d. – não disponível

Anexo II - Variação da Produtividade*/Produção em relação à campanha anterior (%) Campanha 2016/2017

Culturas	NORTE	CENTRO	LVT	ALENTEJO	ALGARVE
Culturas forrageiras					
Milho		-46 a 0	+10 a +30	-15 a 0	
Sorgo		-45 a 0			
Prados temporários				n.d.	
Pastagens permanentes				n.d.	
Cereais outono/inverno:					
Trigo mole	-15 a +0	-35 a 0	-40 a 0	-38 a -12	0 a +2
Trigo duro			-10	-37 a -8	0 a +2
Triticale		-35 a 0	-10	-40 a -13	0
Aveia			-20 a -5	-35 a 0	+2
Centeio	-35 a +7	-35 a 0		-17 a -15	
Cevada			-20 a -10	-35 a -14	+2 a +3
Cereais de Primavera/Verão					
Milho grão de sequeiro	-43 a +29	-47 a 0	-60		+2 a +4
Milho grão de regadio	-10 a 0*	-25 a 0*	-20 a +30	-10 a 0*	0 a +3*
Arroz		-5 a +5	+5 a +10	-30 a 0	+20
Girassol		0	0 a +20	-20 a 0	0
Batata:					
Batata de regadio	-4 a +210	-10 a +110	+10 a +30	0 a +20	0 a +3
Hortícolas ao ar livre					
Melão			-20 a +10	-30 a 0	0
Tomate para indústria		+47	-30 a +15	-25 a +0	
Leguminosas Secas					
Feijão	-15 a +200	-20 a 0	0 a +20	0 a 10	0
Culturas Permanentes					
Laranja	0 a +16		0	n.d.	+2 a +5
Uva de mesa	0 a +45	-10 a +50	0 a +10	-53 a 0	+3
Uva de vinho	-40 a +40	-10 a +50	+5 a +30	-20 a 4	+5 a +15
Pêssego	-10 a +600	-10 a +80	+0 a +50	0 a +50	+2
Cereja					
Maçã	-10 a +900	-10 a +50	-10 a +20	+10 a +20	0 a +4
Pera	-10 a +900	-10 a +30	0 a +20	+10 a +20	0
Amêndoa	+50 a +323	0 a +10	n.d.	-	+30 a +43
Alfarroba	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	+35
Figo	0 a +89	-15 a 0	-	n.d.	+5 a +10
Castanha	-30 a +54*	-15 a 0*	-	n.d.	n.d.
Kiwi	0 a +100*	-25 a +30*	-		-
Azeitona de mesa	0 a +9*	-10 a +50*	-10	0 a 20*	+20 a +150*
Azeitona para azeite	-2 a +840*	-10 a +50*	-10 a +30	0 a 30*	+20 a +200*

Fonte: Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)

Nota: n.d. – não disponível

* - Produtividade

Necessidades das abelhas em caso de adversidades!

Realizar a transumância para zonas vizinhas que tenham floração. Fazendo-se acompanhar pelo modelo 488/DGAV - Comunicação de deslocação de apiários.

Monitorizar os ninhos para avaliar o estado das colmeias.

Colocar bebedouros em zonas com ausência de fontes de água perto do apiário.

Na impossibilidade de efetuar a transumância, devemos preparar um xarope de açúcar na proporção de 1l de água para 2kg de açúcar. Nesta fase, as colmeias irão precisar de glicidos para se manterem.

Na fase de primavera, quando surgir a primeira criação, ao xarope anteriormente mencionado, poderá adicionar-se uma fonte de proteína para ajudar no crescimento das larvas/ninfas (ou seja, a criação). Como fonte de proteína poderão ser utilizadas a levedura de cerveja, a farinha de soja, etc.



Cuidado para não deixar caramelizar o açúcar, pois torna-se indigesto e tóxico para as abelhas. A fermentação do xarope também pode afectar as abelhas.

O xarope deverá ser colocado ao final do dia em cada colmeia, nos alimentadores.

Não se deve usar leite em pó devido à presença de lactose, pois a sua conversão dá origem à galactose que é tóxica para as abelhas.

Como alimentadores, também poderão ser usados caixas de plástico ou alumínio, ou ainda outros. Perfurar cerca de 5 buracos no centro da tampa ou do recipiente e colocar em cima do buraco da prancheta, de forma a facilitar o contacto com as abelhas.